

FLORINDA LIXA

NÚCLEO HISTÓRICO DE ODIVELAS

CARACTERIZAÇÃO E BASES PARA UMA PROPOSTA DE SALVAGUARDA

VOLUME I

MESTRADO EM RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO
UNIVERSIDADE DE ÉVORA - MAIO DE 1997

AGRADECIMENTOS

Expresso os meus agradecimentos ao Arquitecto José Aguiar, pelo rigor e saber partilhado, com que orientou esta dissertação de mestrado.

Ao Professor Doutor Arquitecto Virgolino Jorge, pela disponibilidade e apoio manifestados ao longo da elaboração do presente estudo.

De uma forma muito especial à Paula Cristina e ao José Alves, expresso os meus agradecimentos pela colaboração, apoio técnico-informático e empenho demonstrados e que permitiram a concretização deste objectivo.

Fica também aqui uma palavra de agradecimento, a todos aqueles, que de algum modo, permitiram a obtenção de informação necessária à realização deste trabalho.

Finalmente, à Sara e ao João, pela compreensão dos tempos ausentes.

ÍNDICE GERAL

	Pág.
INTRODUÇÃO	10
PARTE I - METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO NÚCLEO ANTIGO DE ODIVELAS	11
CAPÍTULO I - A CIDADE E O PATRIMÓNIO	12
1. Conceitos	13
2. A Cidade e a Reabilitação Urbana	17
3. Núcleo Antigo de Odivelas - Metodologia	30
4. Reabilitação Urbana, o Planeamento Integrado e o Desenvolvimento Local	34
CAPÍTULO II - A CIDADE ANTIGA NO PRESENTE	40
1. Estrutura	41
2. Critérios de Intervenção	43
3. Integrar o Passado no Presente	45
4. Evolução Urbanística	48
5. Dinamização do Processo Urbano	52
CAPÍTULO III - O SUPORTE FÍSICO	55
1. Caracterização Biofísica	56
1.1. Caracterização Geológica-Estruturais e Sismo-Tectónicas	56
1.2. Características Litológico-Estratigráficas	58
1.3. Morfologia	59
1.4. Sismicidade	60
1.5. Hidrogeologia	61
2. Fisiografia	63
2.1. Hipsometria	63
2.2. Festos e Talvegues	63
2.3. Declives	63
2.4. Orientações das Encostas	63
3. Pedologia	64
3.1. Uso do Solo	64
3.2. Tipo de Solos	65

	Pág.
4. Climatologia	67
5. Hidrografia	67
5.1. Caracterização	67
5.2. Regime Hidrológico	67
5.3. Retrospectiva Histórica da Ocorrência das Cheias	69
6. Impacte Ambiental	73
CAPÍTULO IV - A POPULAÇÃO E A ACTIVIDADE	76
1. Caracterização Demográfica e Sócio-Económica	77
1.1. Evolução Populacional de Odivelas	78
1.2. Caracterização Individual da População do Núcleo Antigo	81
1.3. Condições Sociais e de Saúde	85
1.4. Caracterização Sociológica da População do Núcleo Antigo	85
2. Caracterização Económica	91
2.1. Sistema Urbano de Odivelas	91
2.2. Caracterização das Actividades no Núcleo Antigo	93
CAPÍTULO V - EVOLUÇÃO DE ODIVELAS	95
1. Evolução Urbana	96
2. Evolução Administrativa	112
3. Actividade Cultural	113
PARTE II - PROPOSTA DE SALVAGUARDA DO NÚCLEO ANTIGO DE ODIVELAS	119
CAPÍTULO I - SALVAGUARDA E REABILITAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE ODIVELAS	120
1. O Ordenamento do Núcleo no Contexto do Planeamento Geral da Cidade	122
1.1. Actuações Urbanísticas	123
2. A Proposta Urbanística para Salvaguarda e Reabilitação do Núcleo Antigo	124
3. O Objectivo do Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Núcleo Antigo	127
3.1. Manutenção e Recuperação do Uso Residencial	127
3.2. Consolidação das Funções Centrais e das Actividades Económicas	131
3.3. O Núcleo, na Relação com os Equipamentos	137
4. Requalificação da Zona Antiga	138

	Pág.
CAPÍTULO II - A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO	144
1. Caracterização do Edificado	145
2. Classificação do Edificado	150
3. Critérios de Intervenção	155
4. Perspectivas de Reabilitação	159
CAPÍTULO III - AMBIENTE URBANO	165
CAPÍTULO IV - INFRAESTRUTURAS	169
1. Redes Distribuidoras	170
2. Critérios de Intervenção e Propostas de Ordenamento	172
CAPÍTULO V - ESPAÇOS PÚBLICOS	178
1. Evolução da Utilização dos Espaços	179
2. Implementação de Área Pedonais	182
CAPÍTULO VI - ESTRUTURA GLOBAL DA PAISAGEM	184
1. Conceitos Básicos de Intervenção	185
2. Conceito de Estrutura Global	187
3. Estrutura Edificada	189
4. Valor Cénico da Paisagem	195
5. Proposta de Intervenção	197
6. Espaços com Domínio de Áreas Verdes	203
CAPÍTULO VII - ENQUADRAMENTO LEGAL	208
PARTE III - ESTUDO DE CASOS	214
CAPÍTULO I - O MEMORIAL	215
1. Nota Histórica	216
2. Descrição do Monumento	218
3. Caracterização da Rocha	220
4. Acção da Poluição Atmosférica sobre o Memorial	220
5. A Acção das Águas Pluviais e do Vento sobre o Memorial	224
6. O Mecanismo do Decaimento da Rocha	229
6.1. O Decaimento Químico	229
6.2. O Decaimento Biológico	230
6.3. O Decaimento Físico	231
7. Os Metais e a Deterioração das Pedras	233

	Pág.
8. Proposta de Conservação do Monumento	236
8.1. Critérios de Intervenção	237
8.2. Acções de Intervenção	239
CAPÍTULO II - A QUINTA DA MEMÓRIA E A CASA DO ARCEBISPO	242
1. Inserção e Localização no Núcleo Antigo de Odívelas	243
2. Perspectiva Histórica	244
3. Características Arquitectónicas da Época da Casa do Arcebispo	246
4. Características da Época da Quinta da Memória e a Estrutura da sua Propriedade	249
5. Caracterização do Edificado	250
6. Proposta e Programa de Intervenção	252
7. Metodologia de Análise	254
8. Sistema Construtivo	257
8.1. Fundações	257
8.2. Paredes Resistentes	258
8.3. Pavimentos	266
8.4. Coberturas	269
8.5. Janelas	269
8.6. Portas	271
8.7. Ferragens	271
9. Proposta de Intervenção	271
9.1. Critérios de Intervenção	274
9.2. Tecnologias e Materiais	274
10. Reabilitação Energética do Edificado	277
11. Propostas a Consolidar na Concepção e Arranjo do Espaço Contíguo à Casa do Arcebispo	278
11.1. Condicionantes de Ordem Histórica e Arqueológica	278
11.2. Condicionantes de Ordem Funcional	280
11.3. Opções de Intervenção	280
11.4. Proposta	281
12. Património, Desenvolvimento do território e Qualidade de Vida	282

	Pág.
CAPÍTULO III - REQUALIFICAÇÃO DO LARGO D. DINIZ	284
1. Núcleo Antigo e Requalificação Urbana	285
2. Operação Piloto - Largo D. Diniz	286
3. Leitura da Imagem Urbana, do Largo D. Diniz	288
3.1. Caracterização	288
3.2. Problemas	288
3.3. Potencialidades	290
3.4. Propostas de Intervenção	290
4. Propostas de Requalificação, do Núcleo Antigo de Odiveias - Acção Piloto no Largo D. Diniz	291
CAPÍTULO IV - CALÇADA N^a Sr^a DO MONTE CARMO	293
1. Proposta de Pedonização	294
CAPÍTULO V - A ACÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJECTO DE INTERVENÇÃO NA RIBEIRA DE ODIVELAS	297
1. Objectivos	298
2. Caudais de Cheia e Estudo Hidrológico	298
3. Caracterização e Dimensionamento Hidráulico	299
4. Definição Planimétrica e Perfil Longitudinal	301
4.1. Sector 5	302
4.2. Açudes	304
4.3. Esporões	304
4.4. Muros de Suporte de Terras	304
4.5. Estabilização de Muros Existentes	305
4.6. Valas de Drenagem e Colectores de Encosta	305
5. Acções Complementares de Valorização	305
6. O Núcleo Antigo e a Integração Paisagística, da Ribeira de Odiveias	308
ÍNDICE REMISSIVO	312
Índice de Figuras	313
Índice de Fotografias	314
Índice de Cartografia	316
BIBLIOGRAFIA	317

INTRODUÇÃO

A ideia base, em que assenta a presente dissertação, procurou integrar os princípios da Declaração de Istambul, sobre Estabelecimentos Humanos, (1996), ao definir a necessidade de promover a conservação, reabilitação e manutenção dos edifícios, monumentos, conjuntos, paisagens e formas de povoamento com valor histórico, cultural, arquitectónico, natural, religioso ou *espiritual*, decorrentes da estratégia de inverter a suburbanidade e conseqüentemente a degradação das condições de vida nos grandes aglomerados urbanos, precisando qual a estratégia a preconizar para a revitalização e requalificação dos centros urbanos.

Odivelas, é uma cidade com as características, referidas, possuindo ainda um Núcleo Histórico, facilmente identificável, denotando enquanto conjunto urbano, qualidades, que propiciam a sua caracterização e o desenvolvimento de bases para uma proposta de salvaguarda.

Desta forma numa perspectiva de tentar preservar a memória cultural, pretende-se combinar a evolução dos conceitos de salvaguarda, com os métodos e técnicas imprescindíveis para a sua conservação e gestão, o que no caso das questões de conservação, recuperação, revitalização e reabilitação, dos núcleos históricos, importa avaliar da sua influência no desenvolvimento local.

A estratégia para um centro histórico, obriga a encontrar em cada caso de cidade, soluções alternativas de incentivos à reabilitação, já que para além dos planos e dos projectos integrados, existem poucos instrumentos que possibilitem a integração de acções entre diferentes agentes públicos e privados.

A estratégia, que implica, sinergias convergentes e neste contexto de valorização de recursos endógenos, a constituição de dinâmicas culturais, pode ser, efectivamente o traço de união, entre os diversos agentes, que se procuram envolver num processo desta natureza, numa acção de valorização, enquanto testemunho histórico da cidade e a formulação a este propósito, de hipóteses de reconstrução da centralidade, dentro de um diferente quadro urbano e territorial.

PARTE I

METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO NÚCLEO ANTIGO DE ODIVELAS

CAPÍTULO I - A Cidade e o Património

CAPÍTULO II - A Cidade Antiga no Presente

CAPÍTULO III - O Suporte Físico

CAPÍTULO IV - A População e a Actividade

CAPÍTULO V - Evolução de Odivelas

CAPÍTULO I - A CIDADE E O PATRIMÓNIO

- 1. Conceitos**
- 2. A Cidade e a Reabilitação Urbana**
- 3. Núcleo Antigo de Odivelas - Metodologia**
- 4. Reabilitação Urbana, o Planeamento Integrado e o Desenvolvimento Local**

CAPÍTULO I

A CIDADE E O PATRIMÓNIO

1. CONCEITOS

Entender o património não só, como objecto de história ou objecto de arte, mas sim como uma entidade cultural, e chegar por extensão à necessidade de protecção da cidade e ao território que a rodeia, significa, evidentemente um avanço extraordinário.

Contudo, não são só, as zonas históricas das cidades que estão ameaçadas, mas também as restantes zonas, devido, a causas tradicionais de deterioração, como envelhecimento natural, usos indevidos ou má conservação, mas também, pelas formas de evolução da vida social e económica que agrava, a sua situação urbanística com fenómenos de alteração e destruição.

Na prática, pode contemplar-se a destruição do património edificado, a destruição da paisagem natural, o que significa, em suma, a destruição da qualidade de vida.

Uma das formas de ultrapassar este desencontro, passa por contemplar o problema numa óptica de relação satisfatória entre o ser humano e o seu meio, construído ou não, seja urbano ou rural, mediante uma articulação ordenada dos recursos. O conhecimento da cidade, do ponto de vista da educação ambiental, pode conseguir também que o património cultural da cidade, não seja algo alheio, mas elemento fundamental na vida das pessoas.

A extensão do interesse da salvaguarda e não só da conservação dos monumentos, à envolvente edificada dos mesmos, não é por assim dizer, uma extensão mecânica da definição de monumento. Já, que este detém uma unidade e singularidade que o conjunto urbano não possui, mas por outro lado o monumento existe, se está inserido no conjunto urbano que hoje o contém, leva-nos à necessidade, de nos sistemas urbanos, conservar o sítio histórico ou Núcleo Antigo de uma cidade. No entanto, resulta absurdo individualizar na gestão, um centro histórico do resto da cidade, já que a estratificação da cidade é contínua e compreende o conjunto urbano em todas as suas partes, cada vez que se amplia ou envolve.

No entanto, a delimitação, o dimensionamento e a classificação, são instrumentos intermédios aptos para identificar primeiro, a integridade e homogeneidade, e portanto são metodologias de intervenção, não são objectivos.

Estes conceitos, onde confluem postulados genéricos, a doutrina arquitectónica e urbanística, podem sintetizar-se:

- Em 1º lugar, a generalidade de um conceito de património: o bem cultural que supera as visões tradicionais históricas, artísticas e de temporalidade do monumento isolado, e as integra numa dimensão cultural e antropológica dos conjuntos urbanos, de qualquer época e da paisagem;
- Em 2º lugar, a consciência crescente, da necessidade de uma intervenção pública que pressupõe uma mudança de atitudes, do planear à decisão efectiva de gestão do património cultural.

Passar da acção de planear, à gestão do património cultural o que implica, que mais que planificar, agora se deve actuar, no mundo das decisões, para resolver na prática os problemas do património. Para isso, há que identificar esses problemas e conhecer as suas causas, por outro lado, passar de concepções e planos gerais a medidas de instrumentação e gestão em segundo lugar.

O segundo, supõe uma atitude política, uma decisão de entender como último objectivo, da actuação sobre o património, o seu impacto na transformação e melhoria social.

As razões que justificam esta mudança de atitudes são as seguintes:

- Uma melhor compreensão do património cultural, como um sistema multidimensional e estruturado, que deve ser tratado na sua totalidade arquitectónica, social, económica e técnica;
- Um melhor conhecimento dos seus processos, o que implica uma contradição entre a necessidade de tratamentos integrais, que superem acções sectoriais e a dificuldade prática de uma planificação compreensiva;
- Uma nova ideologia que põe acento no bem comum, entendido como usos e fruição colectiva de um património que a própria comunidade gerou e valorizou.

Este conceito de património integrado, apresentará paralelamente expressões de arte e da tradição; arquitectura vernácula e erudita; exigirá tratamentos simultâneos

de conservação, reabilitação ou transformação; programas mistos de propriedade privada e a abertura ao uso público. Ainda, relativamente a uma política do património por parte das administrações públicas, e tendo em vista a sua gestão, torna-se necessário superar procedimentos inconciliáveis entre os vários organismos, quando são diferentes os prismas do qual é observado o bem patrimonial, esquecendo alguns deles, por vezes, todo o contexto edificado e a cidade onde ele se insere, já que uma posição cultural, não é necessariamente neutra.

Este modo, em que os diferentes intervenientes, proprietários, promotores, usufrutuários ou administração, entendem a mudança e o desenvolvimento nos nossos monumentos, cidades e territórios, é evidentemente contraposto. As operações destes agentes, directa ou indirectamente, e mesmo de outros interesses financeiros ou políticos, que indirectamente intervém, não podem ser reduzidos a análises, programas ou gestões lineares.

O conceito de gestão integrada do património, está relacionado com políticas paralelas na área da habitação, indústria, serviços, equipamentos e transportes, para reequilibrar as áreas antigas ou históricas das cidades.

Este novo tipo de políticas, baseadas numa gestão eficaz, parte do princípio que é necessária uma total compreensão dos conflitos, para os resolver, e que a participação da comunidade e o consenso, podem garantir a tomada de decisões socialmente válidas.

Na gestão destas áreas patrimoniais, deveremos partir, de critérios práticos:

- Concertar medidas, que podem ser operativas dentro das normas institucionais e que não originem barreiras jurídico-administrativas;
- Definição de metas acessíveis, em vez de ajustar, os meios disponíveis a objectivos ingeríveis;
- Desenvolver acções isoladas, fazendo da análise e da decisão processos interactivos;
- As metas e objectivos, inicialmente delineados, vão-se adaptando ou evoluindo, na medida em que actuamos sobre o problema;
- Sensibilização da administração pública;
- O diálogo e a participação da comunidade, torna-se útil para resolver os aspectos sociais dos problemas.

Ampliou-se o campo do património arquitectónico aos conjuntos urbanos e daí à envolvente ambiental, natural e cultural.

A política do património, está condicionada por o marco institucional vigente, tanto nos conceitos básicos do intercâmbio social, na propriedade e uso das coisas, como no grau de intervenção do Estado, a legislação formalizada e a organização administrativa. Com o novo conceito de bem cultural, supera-se o campo das simples medidas edificatórias ou urbanísticas, mas não é fácil incentivar medidas dirigidas basicamente à organização social, em que influenciam os bens da cultura, a estética, os comportamentos, os hábitos de propriedade, os desejos de privacidade e outras normas.

"Se o conceito de património arquitectónico já possui uma história longa, o mesmo não se passa, com esta nova forma de olharmos para a cidade herdade, este considerar da cidade consolidada como um verdadeiro património urbano. Esta dilatação conceptual é muito recente e é, como nos diz Choay (1992), num contributo específico da cultura Europeia, ou seja, uma criação recheada de diferentes valências para a qual muitos países contribuíram: de forma sentimental e ciosa de autenticidade, pelos britânicos (Ruskin); racionalizada, os austriacos (Sitte); mais inclinada para a jurisdição na França (Malraux; recheada da memória clássica e do vigor artístico mediterrânico, na Itália (de Boito e de Giovanone) (...). O conteúdo do conceito «património urbano» é, assim, inovador. De facto, são cada vez menos os combates que se travam pela salvaguarda deste ou daquele edifício, mas cada vez mais se luta pela salvaguarda de pedaços inteiros da cidade (o Chiado, por exemplo), por tecidos urbanos antigos, (...) apreendidos como entidades autónomas, objectos específicos não redutíveis à soma dos seus componentes, mas caracterizados pelo modo de articulação e de diferenciação dos seus constituintes cheios e vazios." (Choay, 1992).¹

¹ AGUIAR, José, *Dificuldades na Conservação e Reabilitação do Património Urbano Português*, Sociedade e Território, Nº 21, Lisboa, 1995, Pág. 25.

2. A CIDADE E A REABILITAÇÃO URBANA

"Topografia, percursos, actividades económicas, tipologias arquitectónicas, cor e textura dos materiais que fazem a nova cidade, mostram que a mesma é um organismo complexo e, sobretudo, o lugar do diverso." ²

"Intervir na cidade histórica com os instrumentos e peculiaridades do projecto urbano ou arquitectónico, obriga, em primeiro lugar, a destacar as bases culturais e políticas em que se fundamentou a intervenção urbanística ou arquitectónica dirigida à reabilitação, recuperação ou salvaguarda de determinados valores formalizados no espaço da cidade histórica." ³

Segundo A. Isac, a reabilitação dos Núcleos Antigos/Zonas Históricas, das cidades, ainda que baseada em pressupostos metodológicos, bem definidos, leva-nos a *"admitir que o mais importante é discernir a qualidade e o acerto de uma intervenção em função das características essenciais que determinadas cidades possam apresentar e das soluções concretas que o projecto lhes possa fazer."* ⁴

Esta leitura, do Núcleo Antigo, pretenderá pois assimilar a área no seu conjunto e dinâmica, pressupondo o seu entendimento na generalidade e especificidade, a avaliação dos diferentes tipos de problemas que apresenta, reconhecer as potencialidades que lhe são inerentes, o seu carácter próprio, as suas qualidades, de modo a estabelecer soluções e factores favoráveis, como bases de apoio, para a construção da intervenção, isto é, *"(...) a necessidade de observar e analisar o lugar, não para reproduzir os seus valores mais aparentes, mas para compreender e poder explicar a nova presença do construído."* ⁵

"E isto, afinal, não é mais do que saber compreender que as cidades e as suas arquitecturas são todas distintas; que existem elementos naturais, culturais e históricos que, construindo o território da cidade, determinam as relações particulares e únicas que se dão entre o construído e a natureza, entre o artifício arquitectónico e o consumo da cidade por parte dos seus habitantes." ⁶

² ISAC, Angel, *Duas Décadas de Cultura e Políticas de Reabilitação - O Chiado, Lisboa*, Catálogo da Exposição, Granada, 1994, Pág. 33.

³ Idem.

⁴ Ibidem.

⁵ SIZA, Álvaro, *O Chiado, Lisboa*, Catálogo da Exposição, Granada, 1994, Pág. 35

⁶ ISAC, Angel, *Duas Décadas de Cultura e Políticas de Reabilitação - O Chiado, Lisboa*, Catálogo da Exposição, Granada, 1994, Pág. 34.

Se, inicialmente, os problemas que a cidade e as zonas históricas, continham eram entendidos de modo, que só consideravam como necessário, travar a destruição dos edifícios de indiscutível valor monumental, ainda sobre a perspectiva de edificações mais ou menos isoladas, a Carta de Atenas (1933), introduz já pressupostos de salvaguarda do património arquitectónico e urbano, embora condicionado à definição do seu valor, e se este, correspondesse a um interesse geral, admitindo a destruição de acrescentos e construções de menor importância, junto dos principais monumentos, afim de criar zonas verdes, na sua envolvente.

Em 1964, A Carta de Veneza (Carta Internacional do Restauro), alarga o conceito de *conservação* e de *património arquitectónico*, ao fazer o reconhecimento da importância de garantir a conservação de sítios urbanos e rurais.

Define os valores do património arquitectónico e estabelece as exigências de qualidade, para as acções de conservação (autenticidade, durabilidade, compatibilidade e economia). O carácter de reversibilidade das intervenções e a necessidade de as documentar.

Assim, na década de setenta, estão reunidos, um conjunto de documentos, que permitiram as primeiras actuações, nesta área e que estão na base, de pressupostos metodológicos e actuações paradigmáticas de impacto nos meios políticos e profissionais da época.

No final desta época (finais de setenta e início da década de oitenta), entre nós as acções de salvaguarda do passado histórico da cidade, não se limitavam só à metodologia mas também à definição de estratégias, que integravam a luta política, em que as associações dos bairros e os "*colectivos profissionais, desempenhavam o papel que caberia aos partidos políticos em condições de maior liberdade*", refere Angel Isac.

"Restaurar ou conservar monumentos não é propriamente uma política de esquerda mas tão somente um dever mínimo de cultura. Essa bandeira foi aliás do Estado Novo, que acusou a República de desprezo pelos valores nacionais, de facto votados a grande abandono. Mas a política cultural nacionalista tratou os monumentos de forma cenográfica, completando-os ou limpando-os, muitas vezes com critérios duvidosos, demolindo quarteirões que os rodeavam como quem os põe em palco. (...) Uma política de esquerda e que só a esquerda pode realizar,

terá de ser bem distinta. O que defendemos é a revitalização das áreas centrais sem as deixar destruir; é a reutilização de edifícios e jardins antigos que perderam o seu uso tradicional, (...) é a conservação dos quarteirões com a modernização das casas e dos locais de comércio e artesanato, considerados como um património que tem um valor económico (...) e social, independentemente do maior ou menor valor arquitectónico de cada edifício que compõe esses quarteirões." ⁷

A tentativa de definição de regras básicas, para a recuperação dos centros históricos levou mesmo, à enunciação de regras práticas no Seminário "*Vida nova nos velhos centros*", na Guarda, em 1981. ⁸ Em que a reabilitação urbana, surge ligada à promoção de utilização de técnicas tradicionais na indústria, recuperando pequenas empresas tradicionais, mão-de-obra e materiais de construção ameaçados por um progressivo desaparecimento.

"Surgem, assim, por todo o País, nos anos oitenta, várias iniciativas de Reabilitação Urbana, desde o Porto, com o pioneiro CRUARB, cujo processo culminou recentemente na classificação da UNESCO da cidade, a Património Mundial, passando por Guimarães, cuja estratégia de acção, assenta no desenvolvimento de projectos e na execução de obras concretas, em que a qualidade e o rigor das intervenções de conservação do património urbano, estiveram na base do prémio Europa Nostra, em 1985 e na atribuição pela AAP. Melhor Obra de Reabilitação em 1993, do P.N.A. (...)

Em Mértola, os trabalhos pioneiros, potenciam os seus recursos patrimoniais de âmbito histórico-arqueológico, através de um trabalho técnico e científico, constituindo a salvaguarda e a conservação do património arqueológico e urbano um motor no processo de desenvolvimento local." ⁹

A definição de estratégias, enquadradas no âmbito de políticas de intervenção à escala urbana, e o desenvolvimento de uma filosofia de planeamento permitem a integração de medidas de salvaguarda e valorização do património urbano de Évora, num pioneiro P.D.M., cujos resultados concretos permitiram, a evolução dos seus índices de desenvolvimento e a sua inclusão na lista do Património

⁷ PORTAS, Nuno, *Conservar Renovando ou Recuperar Revitalizando*, Coimbra, M.N.M. Castro, 1981, Pág. 10

⁸ Cadernos Municipais, nº 12, Lisboa, 1981, Pág. 8

⁹ AGUIAR, José, *Dificuldades na Conservação e Reabilitação do Património Urbano Português*, Sociedade e Território, nº 21, Lisboa, 1995.

Mundial pela UNESCO, em 1986. A este propósito, é de referir, o trabalho pioneiro, encetado pelo município de Évora, com a criação do Núcleo do Centro Histórico, cuja participação, nas acções desenvolvidas em 1982, veio a culminar nos levantamentos das técnicas tradicionais de construção, e nas acções preparatórias da operação piloto *Chão da Covas*, em 1983, tendo sido relevante, o processo desencadeado, no sentido da divulgação das acções de reabilitação da cidade, na avaliação de critérios de intervenção e na divulgação de técnicas tradicionais construtivas, da região e a participação em acções piloto, de pesquisa metodológica, técnica e formativa.

Em Lagos, a opção de valorização dos espaços urbanos públicos, foi a estratégia central do Plano de Salvaguarda.

O desenvolvimento de um Plano de Pormenor, com o respectivo regulamento, no qual se procurou maximizar o seu sentido operacional, de forma a possibilitar instrumentos para apoiar a gestão corrente, do processo de reabilitação do parque edificado do Núcleo Histórico, em Torres Vedras, foi a solução encontrada.

Em Lisboa, a reabilitação urbana, assume um amplo desenvolvimento, centrado nas acções dos diversos Gabinetes Técnicos de áreas específicas da cidade.

Em 1987, a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, (Washington) define nos seus princípios e objectivos, que a salvaguarda das cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento económico e social, e ser considerada nos planos de ordenamento e de urbanismo, a todos os níveis. Os valores a preservar, são o carácter histórico da cidade e o conjunto dos elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem, em especial:

- A forma urbana, definida pela malha fundiária e pela rede viária;
- As relações entre os edifícios, espaços verdes e espaços livres;
- A forma e o aspecto dos edifícios;
- As relações da cidade com o seu ambiente natural;
- As diversas vocações da cidade, adquiridas ao longo da sua história.

Define ainda, a participação e o envolvimento dos habitantes da cidade, no planeamento da salvaguarda das cidades e bairros históricos, que deve ser precedido de estudos pluridisciplinares, afim de definir, as principais orientações e

modalidades de acção a empreender nos campos jurídico, administrativo e financeiro, no sentido de conseguir uma articulação harmoniosa dos bairros históricos no conjunto da cidade.

No concelho de Loures, em 1987, numa primeira abordagem ao Património Cultural Construído, os valores patrimoniais, foram sistematizados em quatro grandes áreas:

- Núcleos Antigos - nos aglomerados urbanos e rurais;
- Arquitectura Rural - quintas, casas de lavoura;
- Arquitectura de Apoio à Produção Rural - azenhas, moinhos, lagares, instalações fabris;
- Arquitectura Erudita - edifícios já classificados.

"A caracterização e análise, iniciou-se pela área dos aglomerados urbanos, por se considerar que aí os valores imobiliários corriam maior risco face às pressões urbanísticas que sobre eles incidem.

(...) Como primeira conclusão, a existência de três tipos de aglomerados que determinam intervenções de igual modo diferenciadas:

- *Nível Um - aglomerado onde ainda existe uma área de valor patrimonial que apresenta homogeneidade e consistência entre a estrutura urbana e o edificado possível de ser delimitada e protegida como Núcleo Antigo; (Fig. nº 1)*
- *Nível Dois - aglomerados onde já não existe um Núcleo Antigo, mas apresentam valores patrimoniais ainda significativos, que se constituem em conjuntos que deverão ser protegidos;*
- *Nível Três - aglomerados em avançado estado de descaracterização que deverão ser objecto de intervenção no âmbito da defesa da paisagem onde se inserem."*

A delimitação dos Núcleos Antigos e definição das "Medidas cautelares, foram já aprovadas pela Câmara Municipal de Loures, e estão em vigor." ¹⁰

Um pouco à semelhança, do que se passa no resto do país, as operações concretizadas sob o ponto de vista de intervenções de projecto ou planeamento à escala urbana, são muitas delas de iniciativa das autarquias locais. Também nesta

¹⁰ GONÇALVES, M. J., *Património Cultural Edificado*, Boletim Cultural Nº 1, Loures, 1987, Pág. 37.

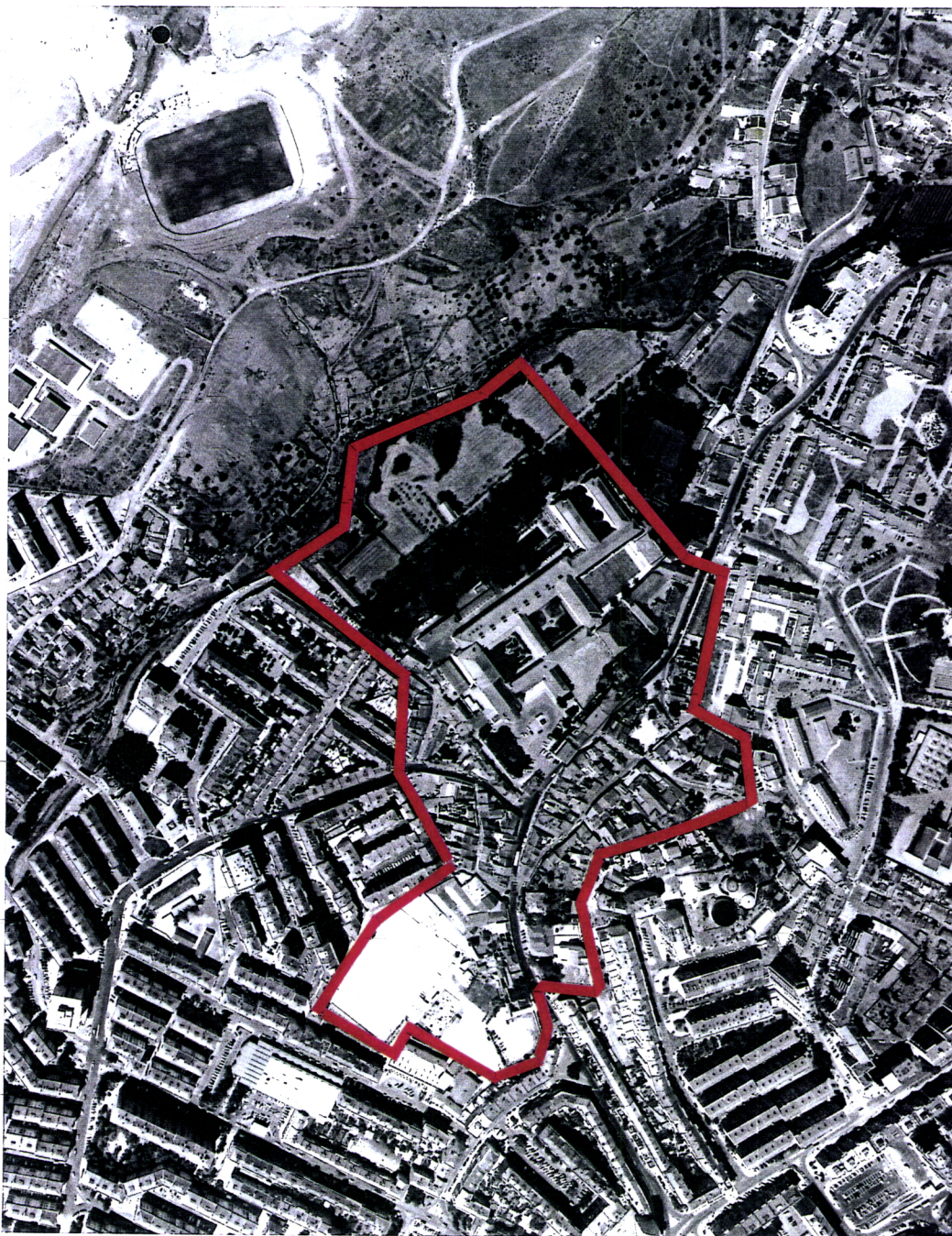


Fig. 1 - Núcleo Antigo de Odivelas, Aglomerado de Nível Um, Património Cultural Construído do Concelho de Loures

sequência, no Município de Loures, após as acções de classificação dos espaços urbanos com valor patrimonial, constituindo em 1989, o documento *Património Cultural Construído-Concelho de Loures*, foram iniciados os estudos do Plano de Salvaguarda do Núcleo Antigo de Sacavém, baseado num planeamento-acção, em que é possível ir realizando intervenções que incidem e demonstrem os objectivos do planeamento, já que a intervenção está construída como um verdadeiro processo de desenvolvimento económico e social.

No início da década de 80, a catástrofe (sismo) que se abateu sobre as ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge, nos Açores, accionou mecanismos expeditos, tendo a necessidade, originado de imediato o desenvolvimento de metodologias e técnicas adequadas à reconstrução, reabilitação e reforço estrutural do parque edificado antigo, assegurando a rápida reconstrução e hoje Angra do Heroísmo, consta da Lista Património Mundial da UNESCO.

Estava assim, aberto o caminho que "Na lógica de uma política cultural definida e executada ao longo de vários anos, desde que os correspondentes poderes foram transferidos para a região, têm vindo a tomar-se medidas legislativas e de administração ordenadas à defesa e valorização do património cultural dos Açores. (...) O surto de desenvolvimento que nos Açores se vem verificando com a autonomia político-administrativa, para além dos inequívocos benefícios que comporta, pode constituir um perigo para a genuinidade de um património do maior interesse, beleza e harmonia, já que reflectirá a nossa época, caracterizada por diversos fenómenos de aculturação, nem sempre capazes de dar continuidade a uma expressão cultural, de acordo com o genuíno sentir do povo açoriano.

Torna-se assim urgente tomar medidas que, por um lado impeçam a desfiguração do património representativo de uma cultura ainda reflectida no presente e que deverá projectar-se no futuro e que, por outro lado permitam o estabelecimento de uma criatividade impulsionadora do património cultural de amanhã." ¹¹

Em 1991 é realizado o Plano de Salvaguarda da Vila de Santa Cruz da Graciosa, e em 1992, face à classificação de conjunto protegido de uma zona delimitada da Vila do Porto de Santa Maria, (Decreto Legislativo Regional Nº 22/92/A), é realizado o respectivo Plano de Salvaguarda e na sua consequência "e em consonância com ele, esteja regulamentado o presente diploma, designadamente

¹¹ Classificação da Vila de Santa Cruz da Graciosa , Decreto-Legislativo Regional Nº 10/88/A

quanto às formalidades processuais a observar, bem como à concessão de apoios obrigatórios ou facultativos." ¹²

Em qualquer dos casos citados, e embora distinguido as diferenças de método, de princípios ou estratégias, e a sua adaptação a diferentes realidades urbanas e sociais, está pressuposta uma política urbana, em defesa da cultura histórica da cidade.

"Entenda-se que me refiro ao complexo de uma estratégia urbanística rigorosamente capaz de entender a cidade histórica, e não à impertinente museificação dos elementos urbanos (...). A complexidade das cidades reside no carácter fragmentário da sua composição. Fragmentos espaciais que a história tentou, em certas ocasiões, integrar em unidades superiores, mas que muitas vezes, resistiram a perder a sua identidade." ¹³

A Reabilitação Urbana, ao reconhecer a heterogeneidade urbana, como premissa fundamental ao desenvolvimento das estratégias de ordenamento territorial, no qual se inserem os centros históricos, colocou a necessidade da integração disciplinar, já que a complexidade que o *"facto urbano encerra não é redutível literalmente, a um episódio arquitectónico, artístico, geográfico, social, perceptível, ambiental, arqueológico, sociológico (...)"* ¹⁴

"Além disso, há que considerar que a cidade tem uma dimensão não física, e por isso não abarcável com os instrumentos de análise de certas disciplinas científicas, constituída pela realidade virtual que se encontra entre o imaginário colectivo, as particularidades culturais, os mitos, os acontecimentos acumulados na consciência urbana (...)" ¹⁵

"In passato il «luogo» era comunemente intenso come parte della realtà. Non si sentiva il bisogno di discuterne la natura o l'importanza: esso stava semplicemente «là», davanti agli occhi di tutti, come fattori, come villaggio o città, come strada o piazza, o vicinato. Allora era più che naturale dire: gli avvenimenti «hanno luogo» e quest'espressione che è agora in uso, sta a dimostrare come vita e luogo siano inseparabili: un «unicum» indivisibile. In

¹² Decreto Legislativo Regional Nº 22/92/A.

¹³ ISAC, Angel, *Duas Décadas de Cultura e Políticas de Reabilitação - O Chiado, Lisboa*, Catálogo da Exposição, Granada, 1994, Pág. 40.

¹⁴ Idem, Pág. 41.

¹⁵ Ibidem, Pág. 42.

altre parole, l'individuo non esiste nel vuoto, le sue azioni e le sue reazioni sono intimamente connessse ad un ambiente familiare conosciuto, ed il rapporto che egli intrattiene con questo ambiente determina la sua «identità»."¹⁶

Schultz aponta, ainda como elementos vitais para a perda de identidade, a indefinição do espaço urbano e a ausência do carácter local; pois o lugar é um facto concreto e não um conceito abstracto, como o de espaço, logo uma teoria do lugar deverá basear-se na sua história.

"Un luogo infatti si distingue per il suo carattere locale o «genius loci». Questo carattere locale, che è in parte determinato dalle condizioni spaziali, dipende soprattutto dalle proprietà «concrete» dell'ambiente. L'uomo non si identifica con delle strutture astratte, ma con un mondo di «cose» palpabili."¹⁷

A condição de habitar, implica uma localização.

"Si può dire anche che il costruire un edificio nuovo in un contesto preesistente è, in un certo senso, un atto di insediamento," a localização funciona sobretudo como um lugar de encontro, assim o espaço urbano é essencialmente *un ambiente di possibilità*.

Localização, espaço urbano, edifício público e casa, constituem aquele ambiente onde está o lugar de habitar natural colectivo, público e privado.

Importa, agora a forma construída e o espaço organizado, e o estudo dos três elementos constitutivos e interdependentes da linguagem da arquitectura, podem ser definidos em morfologia, topologia e tipologia.

*"Le categorie generali di insediamento, spazio urbano, edificio pubblico e casa sono comuni a tutti i luoghi, e servono come punto di partenza per un'ulteriore differenziazione tipologica (...) se si applica il metodo indicato per definire il «genius loci», si otterrà una base per la pianificazione e l'edificazione del luogo specifico."*¹⁸

¹⁶ SCHULTZ, C. N., *Centro Storico Restauro o Progetto?*, Fondazione Michelucci, Florença, 1987, Pág. 28

¹⁷ Idem, Pág. 29 e 31.

¹⁸ Ibidem, Pág. 32.

Devemos entender a relação entre localização e o ambiente natural em termos figurativos. A tipologia e as interrelações com o espaço urbano, e as características dos seus edifícios públicos e privados em particular, é necessário identificar se o lugar se distingue por motivos, que se repetem com variações. Um motivo é o que dá motivações com um duplo significado, de origem e de direcção, isto é, um ponto de partida para o desenvolvimento significativo.

Está talvez, assim encontrado, o *"pensamento crítico que possibilita à arquitectura sem restrições à sua contemporaneidade intervir no processo histórico que dá forma às cidades, com o conhecimento suficiente dos valores que elas encerram."*

Hoje, as acções de reabilitação da cidade, passam, segundo A. Isac, por uma cultura de reabilitação, em que ultrapassadas as políticas concretas das últimas décadas, que estiveram presentes nas intervenções nos centros históricos, encontramos outros pressupostos, provenientes do Conselho da Europa, em que a cidade representa a *"humanidade e a escala da Europa, e a sua exigência de qualidade face a outros modelos de vida colectiva."*¹⁹

"A publicação e a exposição de um trabalho custeado pela C.E.E. sob o título «Valorização de Lisboa», quando se deve tratar, imagino, de um estudo candidatado a um programa ou verba aberta na C.E.E., para estudos orientados à valorização do património arquitectónico e urbanístico, a diferença não é de pormenor", segundo o arquitecto, Nuno Portas, deveria ter suscitado um debate, justificado a diversos títulos:

- *Pela abordagem analítica e crítica que faz do inventário do património arquitectónico lisboeta - a verdadeira motivação da proposta e encomenda de Bruxelas;*
- *Pela posição polémica, senão mesmo provocatória, com que se salta do património para cenários arquitectónicos de ruptura com a escala e morfologia urbanas herdadas, e, finalmente;*
- *Pela ambição com que à partida se aponta uma estratégia global para a cidade e área metropolitana, cuja amplitude ultrapassa em muito o objecto do trabalho.*

¹⁹ ISAC, Angel, *Duas Décadas de Cultura e Políticas de Reabilitação - O Chiado, Lisboa*, Catálogo da Exposição, Granada, 1994.

Era ainda interessante reflectir sobre as vantagens e riscos de uma Direcção-Geral da C.E.E., obrigada ao princípio da subsidiariedade, promover um estudo que simula um acto de planeamento e proposta de projectos por cima da cabeça das instituições locais, democraticamente responsáveis por tais tarefas (...).

De Facto, as estratégias de intervenção que se queiram credíveis, devem ter o envolvimento institucional partindo do nível autárquico, afim de assegurar o comprometimento efectivo e gradual dos agentes mais influentes, sejam eles públicos ou privados, partindo dos objectivos capazes de os mobilizar e cuja robustez é posta à prova pela viabilidade dos diversos projectos convergindo e aproveitando as sinergias, em tempo útil. (...)

Uma estratégia de desenvolvimento urbano não é avaliável em si mesma; será boa ou má conforme seja:

- *Desdobrada em programas flexíveis mas articulados, que aos olhos dos agentes tenham capacidade para vingar, ou seja, capazes de reunir os meios necessários para se concretizarem no tempo adequado;*
- *Suportada por uma vontade política suficientemente consensual, além de democraticamente legitimada, para assegurar a lógica de convergência e reforço mútuo dos programas seleccionados como prioritários.*

(...) Esta estratégia, não deverá ser nem muito ampla nem demasiado concreta, constituindo um suporte para ligar acções de origem e natureza diferente que, se não forem articulados no espaço e no tempo, perdem toda a sua eficácia.

Mas tanto ou mais importante do que o ficheiro crítico das áreas e peças a salvar ou revalorizar seria a identificação das políticas governamentais de incentivo à revitalização ou recuperação do património e a sua confrontação com as tendências do mercado que jogam em sentido oposto.(...)

- *Como acomodar uma cidade com um claro déficit de terciário, na sua estrutura, o aumento de actividades não residenciais nos seus tecidos antigos que, por outro lado carecem de mistura de funções para se revitalizarem?*
- *Como pode actuar uma política de recuperação patrimonial numa cidade em que o inquilinato é dominante e em muitas das suas áreas economicamente débil e envelhecido, sem cair na guetização sustentada pelo subsídio, certamente inoportável do ponto de vista social?*

- *Como pode conciliar-se a revitalização dessas zonas, com a melhoria da acessibilidade, quer do transporte público, quer do transporte individual e das condições ambientais que tornam hoje uma zona atractiva?*

Estas e outras questões, decisivas para a «salvação» dos tecidos mais ou menos antigos mas bem caracterizados (...) são as que não receberam no VALIS respostas ou propostas consistentes que permitissem orientar a formulação de novas medidas financeiras ou institucionais - do Município mas, sobretudo, do Governo e, subsidiariamente das Comunidades - e permitir o passo em frente que urge dar." 20

A Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias (Aalborg, 1994), na 2ª Conferência Europeia das Vilas e Cidades Sustentáveis, realizada em Lisboa, em Outubro de 1996, assume o conceito de desenvolvimento sustentável, como adopção de um modo de vida baseado no capital da natureza. A sustentabilidade, sendo um processo criativo, local e equilibrado alargado a todas as áreas da administração local, já que a cidade é maior unidade com capacidade para gerir os numerosos desequilíbrios urbanos que a afectam, é também, a melhor unidade na qual, se poderão resolver estes problemas, numa forma eficaz, integrada, global e sustentável.

"Uma vez que todas as cidades são diferentes, é necessário que cada uma encontre o seu próprio caminho para alcançar a sustentabilidade. Devem-se integrar os princípios da sustentabilidade em todas as políticas e fazer das especificidades de cada cidade a base das estratégias locais adequadas.

(...) O desenvolvimento do futuro passa pela necessidade de dar mais ênfase à dimensão humana, local e cultural dos processos económicos, ao enunciar a necessidade de inflectirmos o nosso modelo de desenvolvimento, ou seja, de satisfazermos as necessidades resultantes da transformação da vida social, da vida familiar, da civilização urbana e dos novos modos de consumo, de preservarmos os nossos espaços rurais, de melhorarmos o ambiente e a qualidade do nosso capital natural." 21

²⁰ Carta de Aalborg, Parte I, Declaração Comum: Cidades Europeias para a Sustentabilidade

²¹ MOTA, Isabel, *Intervenção Aldeias Históricas de Portugal, Beira Interior*, P.P.D.R. - S.E.P.D.R., Lisboa, 1995, Pág. 3.

No Plano de Desenvolvimento Regional, aprovado no Q.C.A. 94/99, foi criado o P.D.R. - Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (P.P.D.R.) - contendo instrumentos e medidas que permitem o aproveitamento das potencialidades e capacidades locais, a criação de postos de trabalho, tendo como objectivos e fixação das populações e a melhoria dos seus níveis de rendimento e de qualidade de vida.

"A ideia nuclear do «Memorando» (Dimensão Local do Mercado Interno, Cimeira de Corfu), aponta para a necessidade de tirar partido do «Mercado Único», pela via da dimensão local, promovendo o mercado da diversidade cultural, o artesanato, os serviços à medida das comunidades locais, os mercados de lazer e o bem-estar, num contexto de defesa do ambiente e da valorização do património.

O Programa «Aldeias Históricas de Portugal» insere-se nesta nova perspectiva do desenvolvimento regional que procura dar resposta de forma integrada aos problemas que afligem o mundo rural do interior do País, no sentido de recuperar, revitalizar e regenerar espaços ricos em património, cultura e tradição, encontrando formas de contrariar as tendências para o envelhecimento das populações e o abandono das povoações." 22

O Programa de Recuperação de Aldeias Históricas prevê intervenções em Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piodão e Sortelha.

"As aldeias seleccionadas têm um vasto património, sendo autênticos conjuntos monumentais que interessa preservar e valorizar. Foi a riqueza deste património e a sua importância na nossa memória colectiva que estiveram na génese deste programa (...) e se a dimensão foi fundamental para idealizar esta intervenção, a dimensão económica e social foi também decisiva (...).

Daí que o Programa contemple no âmbito dos investimentos previstos, para além das acções de recuperação do património histórico, público e privado, de valorização do património natural e de melhoria de infra-estruturas, o reforço da base económica regional através do apoio a projectos de iniciativa privada (...).

²² Ibidem, Pág. 4.

Para a dinamização da base económica regional o turismo tem uma importância fundamental. Pretendemos desenvolver um turismo de qualidade dirigido a segmentos de mercado específicos, que permita uma valorização do património histórico em benefício das populações, se integre na ruralidade e respeite a autenticidade das culturas locais; que respeite o património ambiental, tendo a percepção clara de que aquele é um factor essencial da riqueza regional." ²³

No entanto, *"Não existe nenhuma razão de peso que invalide ou seja capaz de demonstrar hoje que os princípios formulados há duas décadas estavam errados. Os problemas das áreas históricas continuam basicamente, a ser os mesmos; em boa medida porque não foram resolvidos mas também porque a cidade mantém essa condição de objecto cujo valor de troca, mais do que de uso, determina processos especulativos de difícil controle. E isto, na situação actual das sociedades europeias, não vai ser questionado."* ²⁴



3. NÚCLEO ANTIGO DE ODIVELAS - METODOLOGIA

"As cidades que temos são constituídas pelo que foi ficando construído, ou seja, o que os agentes sociais de cada época, ao relacionarem-se e ao expressarem a sua modernidade, aproveitaram do passado, da sua tradição, consideraram «moderno», «usável», ou apenas não «incomodando o progresso», e pelo que acrescentaram e modificaram na realização das mudanças sociais, na satisfação de novos valores e gostos, nas introdução de novas tecnologias e na luta pela sobrevivência num espaço que nem a todos contemplava e que alguns, por vezes muitos, tiveram de se apropriar na marginalidade." ²⁵

"A cidade que teremos ir-se-á fazer e desfazer pela mesma via - pela relação entre os processos sociais de hoje e os espaços onde estes se desenvolvem, orientada pelos valores, ideias e modelos de modernidade e de progresso que formos tendo.

²³ RELVAS, Alexandre, *O Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal, Beira Interior*, P.P.D.R.-S.E.P.D.R./D.G.T., Lisboa, 1995, Pág. 5.

²⁴ ISAC, Angel, *Duas Décadas de Cultura e Políticas de Reabilitação - O Chiado, Lisboa*, Catálogo da Exposição, Granada, 1994, Pág. 45

²⁵ PEREIRA, M^o da Luz Valente, *Reabilitar o Urbano ou Como Restituir a Cidade à Estima Pública*, LNEC, Lisboa, 1986, Pág. 1

Qualquer intervenção urbana, seja de reabilitação, recuperação, conservação, renovação ou expansão, faz e desfaz a cidade, produz-se na base da relação indicada e tem de clarificá-la e jogar nela em todas as suas dimensões, se procurar, ao intervir, contribuir para construir a mudança que o mal estar colectivo, que se manifesta sob múltiplas formas perante a cidade de que hoje dispomos, exige.(...)" ²⁶

"Neste contexto o significado da Reabilitação Urbana corresponde a uma nova política urbana que tem por objectivo reaver o bom conceito de cidade, o crédito de que a cidade dispunha e restitui-la à estima pública." ²⁷

"As políticas para as áreas antigas também têm tido nomes diferentes - tão diferentes que se referem a coisas opostas: há vinte ou trinta anos, falava-se de «conservação» e de «restauro» quando se defendia que as áreas antigas monumentais deviam ser conservadas e restauradas como eram dantes, impedindo qualquer modernização do seu ambiente. Mas pela mesma época também se falava de «renovação» ou «renovação urbana» e, sob esse termo cândido, fizeram-se em centenas ou milhares de cidades por esse mundo as maiores destruições de áreas antigas, deixando demolir edifícios baixos ou de média altura, para construir sobre eles grandes vias e viadutos, apartamentos e edifícios de habitação ou de escritórios. (...) Ao propor o lema «conservar renovando» ou «renovar conservando» defendemos uma política de recuperação física e de reutilização social do parque de edifícios existentes, que se opõe à ideia de que as áreas antigas são museus mortos. (...) As novas palavras de ordem são agora «recuperar», «reabilitar», «revitalizar» as partes antigas ou existentes da cidade, sempre sujeitas a uma deterioração e à mudança dos usos e das pessoas." ²⁸

No entanto *"(...) tem-se deixando as área antigas ao sabor dos interesses particulares; (...) existem preocupações de não deixar estragar essas zonas mas, ao mesmo tempo, deixando-se fazer, fora delas tudo o que cada um quiser, sem critério urbanístico."* ²⁹

²⁶ Idem, Pág. 2.

²⁷ Ibidem, Pág. 2.

²⁸ PORTAS, Nuno, *Conservar Renovando ou Recuperar Revitalizando*, Conferência no Museu N. M. Castro, Coimbra, 1981, Pág. 15

²⁹ Idem, Pág. 16.

No entanto, o que está em causa, na reabilitação não é apenas, nem só os designados Núcleos Antigos ou Zonas Históricas, mas toda a cidade, na falta de estabilidade do meio físico, na falta de vitalidade funcional da cidade, e na falta de apropriação social e cultural do espaço.

Os princípios básicos, da Reabilitação Urbana assentam, numa intervenção em toda a cidade, cujos vectores assentam, na dimensão social da cidade, na estruturação do tecido urbano existente, no desenvolvimento da discussão crítica, alargada aos diferentes agentes sociais da cidade existente, nas práticas urbanas de planeamento e execução descentralizadas.

Como método de intervenção a Reabilitação Urbana, pressupõe a formulação de novas políticas urbanas, de um novo planeamento, isto é, de um novo projecto para a cidade.

A adopção deste método, ³⁰ nos estudos e propostas de salvaguarda do Núcleo Antigo da cidade de Odivelas, no âmbito da acção de planeamento, considerou também os critérios básicos definidos numa perspectiva de desenvolvimento local, inserindo a área em estudo na sua envolvente urbana, estabelecendo relações continuadas com o planeamento da cidade no seu conjunto, de modo a não privilegiar à partida qualquer sector de intervenção ou perspectiva técnica disciplinar, a intervenção técnica na acção quotidiana dos diferentes agentes sociais, e a integração no trabalho técnico de novas fontes e tipos de informação.

O método seguido caracteriza-se por dois tipos de acção:

- numa acção de planeamento para o desenvolvimento conjunto, isto é, a reabilitação da área, que inicia e acompanha toda a intervenção;
- acções de reprogramação, de projecto e de execução das intervenções decididas no planeamento, para resolução a curto prazo dos problemas considerados prioritários e de solução viável.

Desta forma, depois duma primeira abordagem que corresponde à aquisição, de forma expedita, de "*um conhecimento individualizado, directo, global, dinâmico e*

³⁰ PEREIRA, M^ª Luz Valente, *Método de Apoio Técnico à Acção de Desenvolvimento Sócio-Urbanístico de Áreas Urbanas de Intervenção*, L.N.E.C., Lisboa, 1987.

crítico da área"³¹ a reabilitar, resultaram algumas acções subsequentes, definidas de estudos/acções, que permitiram a inserção nas condições reais de planeamento.

Estes estudos preliminares, de leitura e avaliação global e expedita da área de reabilitação e da sua inserção na área envolvente e no aglomerado urbano, a percepção dos seus problemas e potencialidades, e estruturação das primeiras hipóteses de solução dos problemas e a exploração das potencialidades, permitiram avançar com algumas acções de intervenção numa forma exploratória e cujo relato, constitui a base deste documento, entendido como de trabalho e uma reflexão a propósito de uma primeira proposta técnica de intervenção para o desenvolvimento sócio-urbanístico (reabilitação) da área.

Na sequência da metodologia, a primeira fase, corresponde à leitura e avaliação da área urbana de intervenção, para estabelecimento do planeamento, programação das intervenções a realizar a curto prazo, e está ilustrada, no presente estudo, ainda que de forma sucinta, mas resultando da análise documental, da leitura e interpretação da área urbana, da observação directa das características físicas gerais, da história da evolução do aglomerado urbano, da estrutura e dinâmica urbana da área.

O diagnóstico da área, vai sendo elaborado durante o estudo desta, e não constitui uma fase destacada do método, o que vai permitindo a construção de hipóteses de solução dos problemas do desenvolvimento das potencialidades, que devem ir surgindo e complementando-se durante a análise/avaliação da área e adquirirem perspectivas de viabilidade, meios e modos de intervenção e procedimentos necessários para o seu estudo detalhado e execução.

*"Essa organização implica apresentar um retrato dinâmico e crítico da área, definir as directrizes e políticas de planeamento, a programação e a estimativa orçamental das intervenções consideradas de maior interesse, distinguindo ainda as que se consideram prioritárias e/ou exequíveis a curto prazo."*³²

Desta forma, as acções propostas para a salvaguarda e reabilitação do Núcleo Antigo da Cidade de Odivelas, assentam numa perspectiva de reabilitação

³¹ PEREIRA, M^a da Luz Valente, *Método de Apoio Técnico à Acção de Desenvolvimento Sócio-Urbanístico de Uma Área Urbana de Intervenção*, Vol. I, LNEC, Lisboa, 1987, Pág. 9.

³² PEREIRA, M^a da Luz Valente, *Método de Apoio Técnico à Acção de Desenvolvimento Sócio-Urbanístico de Uma Área Urbana de Intervenção*, Vol. II, p. 35, LNEC, Lisboa, 1987, Pág. 12.

integrada que esperamos, tenha no desenvolvimento destas intenções, o respectivo suporte nos instrumentos políticos normativos e financeiros, perspectivando que, de uma forma integrada *"se realize a requalificação da cidade existente, desenvolvendo estratégias de intervenção múltiplas, orquestrando um conjunto de acções coerentes e de forma programada, destinada a potenciar os valores culturais, sócio-económicos, ambientais e funcionais da área urbana, com a finalidade de elevar substancialmente a qualidade de vida das populações residentes.*

Desenvolvendo-se, através da melhoria do quadro físico e do parque edificado dessa área, melhorando os seus níveis de habitabilidade e de dotação com os equipamentos comunitários, infra-estruturas, instalações e espaços livres de uso público." ³³



4. REABILITAÇÃO URBANA, O PLANEAMENTO INTEGRADO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A reabilitação é uma política urbana que surgiu quando nos demos conta de que as cidades onde vivemos nos impõe um quotidiano sem qualidade, onde nos sentimos perdidos e agredidos, rodeados de pedaços de tecidos urbanos que se misturam sem se ligarem, desde as periferias às chamadas urbanizações e simultaneamente constatamos a existência de áreas, (núcleos antigos) onde, ao contrário e pese embora a sua degradação, encontramos um dado carácter que nos conforta.

A reabilitação, é uma política de recuperação da cidade antiga face à falência da cidade moderna, quando constatámos que as cidades que construímos não tem qualidade. (Fot. 1)

Estamos a tratar de conceitos e valores urbanos. Resulta, evidente, que a questão da reabilitação urbana é essencialmente um problema social, de modo de vida, de nível de qualidade, de relação de apropriação dos sítios e de continuidade de uma vida colectiva. Assim, a reabilitação é uma política urbana que deve incidir sobre toda a cidade e cujo conceito e perspectiva importa clarificar.

³³ AGUIAR, José, *Tradição e Inovação na Cidade, Práticas de Conservação e Reabilitação Urbana*, Seminário, Mestrado em Desenho Urbano, ISCTE, Lisboa, 1995, Pág. 13.



Fot. 1 - Odivelas - Parnorâmica (vista Sul)

térreo, de fortes cantarias e beirais. Revela a permanência da faceta primitiva, rural do Núcleo Antigo e também uma ocupação socialmente diferente." ⁸

A povoação, dividida ao meio por a Rua Direita, estende-se para Oriente (em direcção à Matriz) e para Sul da grande área do Convento cujo caminho da cerca, conduzindo à Ribeira, está ainda presente, na actual toponímia do local: Rua da Fonte. As ruínas dos edifícios, indicam pelas suas características construtivas e materiais utilizados, alvenaria de pedra basáltica, irregular e ainda, pela sua dimensão, tratar-se de construções de apoio às actividades agrícolas, já que desde a Idade Média, sabemos que se cultivavam em Odivelas, a vinha e o trigo. "(...) *vende-se uma terra de pão em 1552 no limite do Paço de Odivelas."* ⁹

Até ao século XVIII, a povoação manterá as suas características, altura em que a reedificação da Igreja Matriz e o desenvolvimento do processo de transformação fundiária - formação de grandes propriedades, está ligado ao aparecimento de novos caminhos - Rua da Igreja, Calçada de Nossa Senhora do Monte Carmo e Rua de Cima. (Fot. 15 a 18)

Esta última, quase paralela à Rua Direita, para Nascente, começa a desenvolver uma ocupação edificada, nas traseiras do lote longitudinal, perpendicular aos dois eixos viários. Possui, no entanto, um carácter secundário, assumindo os edifícios primitivos, menor qualidade, e características construtivas, posteriores ao terramoto de 1755.

A Norte do Núcleo, a Quinta de Nossa Senhora do Monte Carmo e a Sul a Quinta da Memória, propriedade de D. Rodrigo de Moura Telles, arcebispo de Braga, confinante com o Mosteiro e o Memorial. (Fot. 19 a 21)

"Sabe-se da existência de outros proprietários no século XVIII: Lourenço Luís Galvão, administrador de uma Capela da Igreja (dos seus bens) afora os bens fundiários dessa mesma Capela a Francisco Ribeiro; o desembargador Gaspar de Figueiredo instituidor de um morgado que possui o Casal de Alvitos, no limite da Freguesia de Odivelas na posse de João António de Sousa Falcão Coutinho e Figueiredo que por sua vez o afora ao alferes António Barros Figueiredo (...).

⁸ *Ibidem*, Pág. IV. 45.

⁹ *Idem*



Fot. 15 a 18 - Rua da Igreja, Rua de Cima, Calçada das Cardosas e Calçada do Cemitério do Tojal



Fot. 19 a 21 - O Mosteiro, Quinta da memória e Quinta de Nossa Senhora do Monte Carmo

O Mosteiro de Santos, é outro dos proprietários de Odivelas. Desde o século XIV que possuía bens neste local: a água de uma herdade, vários casais que emprazava a particulares, um deles emprazado a João de Évora situava-se junto à Ribeira de Odivelas." ¹⁰

Nesta época os proprietários de Odivelas são essencialmente, mas já não com o predomínio do Mosteiro, o Mosteiro de Santos, e fidalgos. No entanto, no reinado de D. João V a magnificência do Mosteiro é acentuada, evidenciando-se também no exterior, já que a vida faustosa da corte do rei é transportada tanto quanto possível para o Mosteiro.

Em relação à estrutura do aglomerado existente no ano de 1762, esta pouco se modificou, já que o Núcleo continua sendo habitado por uma população essencialmente ligada à agricultura, em torno do qual os espaços de recreio das quintas, são, quase todos eles de muito maior dimensão e escala que os reservados à população do aglomerado, onde aquelas quintas se inserem. (Carta 1, Anexo I)

No século XIX (1875), dominavam em toda a freguesia cinco quintas: da Memória, do Caldas, dos Padilhas, do Marquês de Minas e Conde do Redondo e das Peles. Embora o domínio da propriedade, no seu declínio, seja transferido nesta zona para a burguesia da capital. (Carta 2, Anexo I)

O progresso económico, originou uma pequena burguesia de lojistas, cuja localização dos estabelecimentos se faz no eixo da Rua Direita, acentuando o seu carácter dominante. (Carta 5, Anexo I)

Considerando que, até à época o sistema de produção agrícola não produz a riqueza necessária ao investimento em infraestruturas urbanísticas e o regime de propriedade não dá lugar à criação de espaços urbanos de recreio, com a extinção das ordens religiosas em 1834, o Largo ou Couto das Freiras, assume outra importância nas funções de local de encontro em que o fontanário e mais tarde o coreto são referências de importância. No final do século, os dominicais passeios às hortas, em que o concelho de Loures era o eleito, constituíam uma resposta aos novos hábitos. O desenvolvimento dos meios de transporte e a criação de melhores possibilidades de deslocação das populações, face a novas formas de ocupação de tempos livres em contacto com habitantes doutros lugares, e mesmo para adquirir

¹⁰ VILLAVERDE, Manuel, *Relatório de História do Núcleo Antigo de Odivelas*, 1996.

novos meios de subsistência leva ao aumento demográfico da freguesia de Odivelas para 442 habitantes em 1863 ¹¹, sendo na 2ª metade do século XIX, em finais, o valor do número de fogos 450 e 1918 habitantes para a freguesia. (Carta 6, Anexo I)

A paisagem, continua sendo caracterizada, pelo tipo de cultura agrícola: as hortas da produção de frescos, para consumo e abastecimento de Lisboa.

Do campanário do Mosteiro de Odivelas, em 1889, já incorporado na Fazenda Nacional, depois da extinção das ordens religiosas, observava-se: "*Três montes d'aqui vemos: ao Sul, o de Nossa Senhora da Luz, lá está o Lumiar; entre o Sul e o Oriente, o Monte dos Tojaes, Além, ao Occidente, o Monte de S. Dinis: do moinho, que o coroa, desçamos a vista até ao sopé. Alli corre um pequeno ribeiro, banhando o valle de flores.*" ¹² "(...) *Para além, dilatadas campinas, verdejantes e bellas. Para Norte, a Estrada de Caneças serpeando nas deveza e collinas; para Sul, perdendo-se no meio da verdura a Estrada de Lisboa (...).*" ¹³

Nos aglomerados, com maior desenvolvimento urbano, como é o caso de Odivelas, os edificios apresentam na fachada, elementos de integração na paisagem urbana: "*tratamento dos paramentos, aberturas para o exterior, substituição dos beirados por sancas, etc., que acusam uma preocupação plástica tanto na composição formal como na utilização da cor.*" ¹⁴ (Fot. 22 a 25)

Assim, no eixo principal, hoje Rua Guilherme Gomes Fernandes, e no Largo do Mosteiro, actual Largo D. Diniz, surgem edificios assumindo, os aspectos atrás descritos, com sacadas para via pública, com bons trabalhos de cantaria, e revestimentos a azulejos. (Carta 7, Anexo I - Fot. 26 a 28)

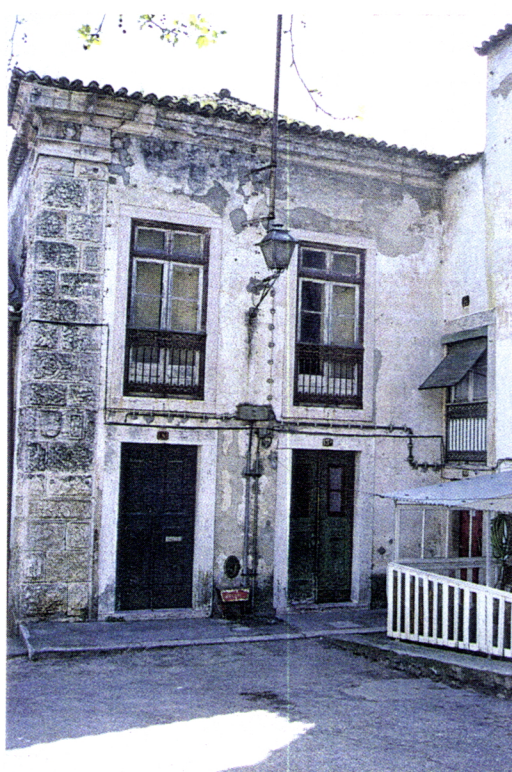
De qualidade arquitectónica, o edificio da Igreja Paroquial, não se consegue impôr urbanisticamente no Núcleo Antigo, sempre numa situação de secundarização, mesmo numa atitude em que as "*(...) festividades possibilitam os contactos sociais num plano bastante significativo para as tradições rústicas e daí a adaptação do templo e suas imediações, a uma realidade plena dessa sociabilidade - o adro, o alpendre, o largo com o coreto das festas, são a expressão urbanística duma*

¹¹ BARBOSA, Vilhena de, *Archivo Pithoresco*, Vol. VI, Semanário Ilustrado, Lisboa, 1863, Pág. 332.

¹² *Idem*

¹³ *Ibidem*

¹⁴ Loures, *Tradição e Mudança*, Câmara Municipal de Loures, 1986, Pág. 156.



Fot. 22 a 25 - Rua Direita, Rua de Cima, Rua de ligação a Lisboa a Caneças e Largo do Mosteiro

Na nossa opinião a reabilitação urbana deve traduzir-se *num processo de intervenção coerente junto de uma dada comunidade territorializada, numa perspectiva de desenvolvimento local, nas suas múltiplas vertentes: social, cultural e qualificação espacial.* ³⁴

O conceito de reabilitação urbana, só pode traduzir-se numa prática de planeamento integrado. Este, por sua vez, tem de apoiar-se numa metodologia de abordagem que permita encontrar a especificidade de um sítio, e perceber o que ele exige como actuação, para passar do estádio em que se encontra, para um caminho de transformação e de como chegar lá.

No nosso caso, Odivelas é uma área suburbana e desqualificada, mas o seu Núcleo Antigo - área objecto da nossa intervenção - foi durante muito tempo, o centro da cidade, com uma localização e organização espacial interessantes, que apresenta uma estrutura urbana clara, rica pela diversidade de espaços públicos, pela diversidade das épocas de construção e imagem formal do edificado, pela cor, e sobretudo pela escala humana que propícia. (Fot. 2)

Mas para que esta área perdure como centro da cidade, é necessário que se qualifique, recupere, com espaço e serviços mais qualificados.

Isto, conduziu-nos, a uma discussão sobre o que se deve manter e o que tem de se transformar. Esta é uma discussão que todos devemos fazer a propósito das zonas de intervenção, e que tem de definir critérios claros de intervenção.

Esta perspectiva de reabilitação urbana, traduz-se naturalmente, em conservar o que tem interesse e se mantém vivo, avaliar o que se deve recuperar e definir o que se vai respeitar e o que se vai transformar.

- A gestão do Núcleo Antigo deve propiciar a reanimação funcional e económica desta área, de forma articulada com o resto da cidade;
- As intervenções sobre o Núcleo devem potenciar, uma reabilitação formal e funcional do *contínuo urbano*, estendendo-se a toda a cidade, induzindo processos semelhantes noutras áreas do território urbano envolvente;

³⁴PEREIRA, M^a da Luz Valente, *A leitura da Imagem de uma Área Urbana como Preparação para o Planeamento da sua Reabilitação*, Lisboa, LNEC, 1990, Pág. 36.



Fot. 2 - Odivelas - Panorâmica (vista Norte)

- A reabilitação do Núcleo Histórico, deverá assegurar a identidade cultural da área, mas possibilitando a satisfação das actuais exigências e modos de vida;
- O tecido histórico, a sua estrutura formal e funcional, e o seu significado na cidade e no território, deverá ser enfatizado, como núcleo referência.

Neste caso, manteremos a estrutura urbana qualificando-a, o que implica conservar e recuperar o centro, mas adaptando-o e capacitando-o como futuro centro de uma cidade..

Definimos, ainda como objectivos a respeitar: os residentes, criando para isso mecanismos de sustentação social, que necessariamente se traduzem em investimento municipal, não originando exclusão social, melhorando as suas condições de vida; as actividades instaladas, organizando sistemas de apoio à sua qualificação quer em termos de espaços, como dos serviços que prestam.

O planeamento e a reabilitação urbana são um trabalho de fundo, a longo prazo que não pára, tem de ser persistente e transparente para a comunidade e se deve fundir, com a gestão municipal corrente.

O nosso nível cultural e de desenvolvimento, exige contudo aos políticos a *realização de obra*, ora o planeamento pela natureza atrás exposta, não se traduz habitualmente em resultados práticos e rápidos.

É portanto, necessário fazer um esforço técnico, no sentido dessa expectativa, e isso traduz-se num planeamento-acção - *Fazer Planeando e Planear Fazendo*. É possível ir realizando intervenções que incidem e demonstrem os objectivos do planeamento.

Por outro lado, não há desenvolvimento sem a participação efectiva da comunidade. Também "*não há desenvolvimento numa comunidade passiva, que não comunica entre si e com o exterior, que se marginaliza, sem capacidade nem meios de decisão e acção*" ³⁶. O desenvolvimento exige, um ultrapassar permanente de conflitos e portanto há que criar mecanismos e valores tendentes a reforçar a solidariedade social e as possibilidades de concertação de interesses.

³⁶ Idem, Pág. 36.

O planeamento deve fomentar o desenvolvimento, consistindo na satisfação dos interesses da comunidade. O desenvolvimento, é um processo contínuo e aberto, as necessidades humanas evoluem à medida que vão sendo realizadas e conduzem ao surgimento de novas.

É esta acção contínua, em termos de tempo e localizada no espaço, elaborada com a própria comunidade em ligação com o seu território em que a intervenção deverá ser construída, como um verdadeiro processo de desenvolvimento sustentável, o que é manifestado pelo facto, de nela se incluírem vectores de desenvolvimento económico e social.

CAPÍTULO II - A CIDADE ANTIGA NO PRESENTE

- 1. Estrutura**
- 2. Critérios de Intervenção**
- 3. Integrar o Passado no Presente**
- 4. Evolução Urbanística**
- 5. Dinamização do Processo Urbano**

CAPÍTULO II

A CIDADE ANTIGA NO PRESENTE

1. ESTRUTURA

É frequente, encontrar aglomerados, nos quais o Núcleo Antigo, apesar de ter consistência se viu submetido ao assédio de um crescimento em mancha de óleo de uma dimensão, e uma pressão tais, cujas inevitáveis consequências foram a sua asfixia, a sua rotura e por fim o seu aniquilamento. Nestes casos, o Núcleo Antigo, ou o que o resta do seu traçado topográfico, aparece como um pequeno reduto que foi deglutido por uma trama extensiva de maior e mais forte identidade, ou como um gânglio alojado num tecido urbano, que se desenvolveu, obedecendo a outras leis.

Ao contrário, o Núcleo Antigo de Odiveias, durante largo tempo, governou a estrutura da cidade e exerceu o seu domínio visual sobre o resto, e o mais importante, o que não é muito frequente, é que se preservou, em parte a relação que tinha com o território rural envolvente, numa relação de contacto imediato, de proximidade de trato quotidiano, que era crucial para o equilíbrio da cidade, e que só, os crescimentos dos últimos anos foram suprimindo e cancelando. Esta excepcionalidade, deve-se na prática a que o crescimento de Odiveias foi lento e relativamente controlado, até por volta de 1950, data em que a mancha edificada pouco havia superado, o perímetro já estabelecido em finais do século XVIII. (Fig. 2)

Isto, também se deve à peculiar estrutura do núcleo, caracterizada por a articulação de duas situações diferentes: o Mosteiro com a cerca e os arrabaldes (Pombais), formações de tipo linear, que se dispõem radialmente partindo da cerca e penetrando no território rural. Estes caminhos constituem verdadeiros tentáculos ou prolongamentos da cidade no campo e no inverso foram elementos capazes de preservar, ainda durante algum tempo, grandes franjas de solo agrícola, de espaço livre ou quintas, incrustados na cidade. ,



Fig. 2 - Odivelas, 1951 - Estrutura Radial de Caminhos

No entanto, a partir da década de 1950, e também nos anos posteriores, foi de uma forma ininterrupta, e desordenada, rodeado o Núcleo Antigo, através da sucessiva colocação de partes autónomas, descontínuas, ligadas entre si, pelo centro antigo, assumindo a sua (in)dependência, em relação a ele no tocante á estrutura física, e relativamente às funções representativas.

Este crescimento, levou a que entre o Núcleo Antigo e estas áreas, ficassem com frequência algumas bolsas de solo livre, o que permitiu ao núcleo inicial, manter-se sob vários pontos de vista, como uma entidade claramente reconhecível.

A cidade e o campo, mostravam-se intimamente ligados - a permanência e o valor primário desta estrutura radial dos caminhos, já plenamente consolidada nessa época, condicionou fortemente a estratégia de colocação descontínua e subordinada dos novos crescimentos em relação ao núcleo, preservando algumas importantes peças de solo livre da cidade e permitindo, a esta, manter parcialmente a sua relação de contacto e familiaridade com o território envolvente.



2. CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO

A cidade antiga, tal como chegou até hoje, constitui um conjunto arquitectónico equilibrado e complexo, produto de sobreposição de múltiplos sedimentos que o tempo fundiu e enlaçou. Seguindo, alguns critérios, a única atitude consciente frente a uma cidade, assim, seria a da conservação estricta, impedindo toda a reforma ou transformação e para tal congelando para sempre a sua estrutura física. Contudo é a cidade, cenário de vida humana e que como tal requiere uma constante e progressiva evolução acompanhando as necessidades da vida. Assim, só as cidades abandonadas, aquelas em que a vida se extinguiu, podem ficar intocáveis, quietas com o passar do tempo, perpetuando-se iguais a si mesmas. Desta forma a conservação, a intocabilidade sem excepções, pode ser um sintoma de decrepitude e em última instância a extinção e morte.

Por outro lado, qualquer intervenção nos Núcleo Antigos das cidades, deve estar sujeita a um controle rigoroso, já que está em jogo um bem colectivo, de elevado valor ainda que não, de excepcional valor arquitectónico ou cargo monumental,

como é o caso de Odivelas. Só, um conhecimento profundo da realidade física sobre a qual se opera pode colocar-nos em situações de uma correcta interpretação, melhorando-a em vez de a estropearmos. Podemos interrogar-nos: *Quais os critérios que devem prevalecer na intervenção?* É, compatível o respeito da herança do passado com a alteração, ou é possível mesmo, a substituição de algum dos seus elementos. É pertinente a incorporação da arquitectura contemporânea num contexto dominado por formas tradicionais.

Os estudos para uma proposta de Salvaguarda do Núcleo Antigo da cidade de Odivelas, apostam decididamente nestes princípios aplicados á escala urbanística e definem uma estratégia operativa, conjugada, com o conceito de reabilitação crítica.

O objectivo primordial, é conservar e actualizar os valores de cidade antiga, mas consciente que o logro desse objectivo pode ser proveniente não só das restrições e proibições, e que deve apoiar-se numa série de medidas ou acções concretas, definindo uma série de intervenções, que vão desde o fomento da reabilitação do edificado mantendo o parcelamento, as fachadas e os principais elementos de estruturação interna, passando por reformas pontuais de algumas partes indefinidas, ou confusas do tecido urbano, ou a revalorização e articulação do sistema de espaços livres, situados na envolvente do Núcleo.

Também está prevista, a incorporação de arquitecturas novas, onde o aconselhe o diagnóstico das específicas condições urbanas. No contexto, de um projecto urbano assim concebido, de molde a consagrar o objectivo geral de conservar o Núcleo Antigo, não cabe opôr reservas à presença de intervenções arquitectónicas contemporâneas, capazes de integrar-se nessa estrutura, nem cabe tão pouco impôr-se condições de mimetismo figurativo, para garantir o respeito no contexto histórico.

A reabilitação, da cidade antiga, pode ainda contemplar a consolidação de algumas partes, a demolição de outros edificios que o podem estar desfigurando, a reestruturação de alguns elementos, no sentido de uma melhor articulação do conjunto ou incluir outros, de novo projecto, para contemplar ou adequar o uso que se pretende. Por isso, a arquitectura contemporânea que se insere na cidade, pode ser uma ocasião para demonstrar, que não há contradições ou exclusão

mútua, entre certos valores do passado e os que hoje alimentam a nossa cultura. A cidade não é feita de regularidades, nem mimetismo, mas sim de invenção inteligente de diálogo, sem que os discursos se confundam. Estas, são as propriedades básicas, que há que ter em conta, em toda a intervenção contemporânea, que aspira a formar parte da estrutura urbana da cidade prolongando-a e renovando-a, sem a destruir.

"(...) torna-se claro que o problema que acabaria por provocar uma discussão mais acesa, era o de determinar o papel da arquitectura na tarefa da reabilitação da cidade histórica. O modo de intervir no espaço construído dependerá sempre, num sentido ou noutro, da tensão que se produza entre opções projectuais bem definidas, quer se trate de projectar sob influência do contexto, do «genius loci», do «contraste» ou da «analogia».

(...) O certo é que os critérios de intervenção no património construído da cidade, e, em geral, todos os programas e estratégias culturais desenvolvidos para a conservação do património urbano, coincidiram, e foram favorecidos, com o debate interno da própria cultura arquitectónica mais recente." ¹



3. INTEGRAR O PASSADO NO PRESENTE

A nossa compreensão da cidade, faz-se de forma mais complexa e integradora, a cidade é o lugar no qual se sobrepõem e convivem as diversas estratificações que constituem a herança do passado.

"À semelhança do olhar sobre a paisagem, assim olhamos esteticamente a paisagem da Urbe num grande e generoso relance do olhar, tudo abarcando, sem que nada de particular se apreenda. É um olhar sensível, aberto às essências, aquilo que é na verdade o belo imediato: a textura viva da cidade, a epiderme colorida acompanhando a geografia antiga, que cobre e descobre, ruas, largos, jardins, palácios e igrejas, consoante as colinas ou os vales (...).

¹ ISAC, Angel, *Duas Décadas de Cultura e Política de Reabilitação, O Chiado, Lisboa, Catálogo da Exposição, Granada, 1994, Págs. 44 e 45.*

Penetremos agora na cidade, suprimindo a distância e o olhar abarcante. Chegemo-nos ao espaço e à forma, aos pavimentos, aos passeios, às fachadas, às portas. (...)

É outro o sentimento, é outra a percepção e outra também a intimidade. Palpa-se agora a Urbe.

Há uma solidez debaixo dos pés, um cheiro próprio, uma distinção de ruídos, contactos, movimentos e revolução contínua de um espaço visitado. Desenrola-se, comunica-se, flui e «é da essência da cidade» diz Pierre Sansot, «desdobrar-se e renovar-se» ela própria numa dinâmica quase autónoma (...).

Se o espaço é basicamente o de rua e de largo, numa proposta linear e volumétrica, a forma material que o define ou habita oferece toda a espécie de planos e relevos baixos e altos, até à revolução da forma e da sua independência no espaço. Esta a forma estética que se destaca como objecto e adquire de imediato uma autonomia e, seja ela fachada ou banco, ou candeeiro, torna-se coisa estruturante da Urbe.

(...) É por esta razão que propomos a necessidade de olhar e perceber o todo espaço/forma como único modo de entender a Urbe, mas de não ignorar a singularidade da existência de cada um dos seus componentes." ²

O que, hoje, pedimos à cidade contemporânea é precisamente a possibilidade de experimentar de um modo simultâneo, todos aqueles sedimentos que a história foi depositando e a verificação que esses sedimentos, podem conviver e entrar em diálogo com as novas contribuições, manifestando, assim o carácter multifacetado da realidade urbana.

Em Odivelas, a cidade antiga, converteu-se então, numa parte da cidade contemporânea: uma parte quantitativamente significativa e que joga um papel relevante, mas que já não constitui, necessariamente, o seu único centro, porque há uma estrutura urbana, tendo formas policêntricas e sem hierarquia. Em certa medida, o que torna possível a sobrevivência da cidade antiga é a formação de

² MENDONÇA, Nuno, *O Belo Urbano e a Estética da Contemplação*, Correio da Natureza, Nº 17, S.N.P.R.C.N., Lisboa, 1992, Pág. 18.

outras partes de cidade que sem a comprometer, assumem funções urbanas, que nela não têm lugar.

Assim, a cidade antiga, adquire o seu sentido pleno, a partir da relação com essas partes, já que todas elas, nas suas diferenças, são ingredientes necessários a esse mosaico heterogéneo mas coordenado a que continuamos, chamando cidade.

A cidade, é importante para a cultura urbana, não só pelo valor intrínseco dos elementos arquitectónicos que contém, mas também, porque apesar do incontável desenvolvimento urbano, das últimas décadas deste século, foi possível manter ainda, nalguns casos e em maior ou menor dimensão a identidade da cidade histórica, como parte isolada e autónoma, sem que se tenha produzido a confusão com as áreas de formação recente, isto é, sem que a cidade nova tenha suplantado a cidade histórica esvaziando-a das propriedades e qualidades que lhe estão consubstanciadas.

Sobretudo, a conservação do Núcleo Antigo, joga-se em grande parte nas articulações com as outras partes urbanas, as novas expansões, na envolvente e nos espaços livres, embora escassos que envolvem o Núcleo de Odivelas.

Estas zonas, requerem uma ampla estratégia de intervenção e transformação, mas todas as intervenções arquitectónicas que nelas se produzem deveriam ser orientadas no princípio da articulação formal por a qual se regem, e a sua articulação com o tecido antigo, estabelecendo os seus vínculos com as outras partes urbanas. Quanto mais integralmente, se conserve a cidade histórica como peça autónoma, como artefacto complexo, regulado por leis morfotipológicas próprias, mais eficazmente esta, será capaz de, integrar-se no mosaico da cidade contemporânea, feita de peças diversas que se complementam, sem se confundirem, que detêm cada uma, os valores específicos de modo, a que nenhum deles possa assumir em exclusivo, a ideia e a representação global da cidade.

4. EVOLUÇÃO URBANÍSTICA

Os últimos trinta anos, marcaram uma etapa significativa no crescimento urbano da cidade de Odivelas, sendo de assinalar o forte crescimento da população entre 1950 e 1981, entre os vários censos temos: 6772 habitantes para 84 624 habitantes. (Fig. 3)

Trata-se fundamentalmente, de um processo de expansão urbana, que modificou as características tradicionais da cidade, a proporção entre as suas partes e a relação com o território. (Cartas 8, 9, 10 e 11, Anexo I)

No período inicial, produziu-se um crescimento contínuo e significativo por partes bem delimitadas, especialmente concentradas nas áreas das quintas situadas em torno do Núcleo Antigo; depois surge um crescimento suburbano difuso e disperso comprometendo negativamente os tecidos rurais e periféricos, apoiado quase exclusivamente, nos antigos caminhos de acesso. (Cartas 13, 15 e 16, Anexo I)

De um modo tão rápido como irreversível, a cidade passou a ser um agregado urbano complexo, no qual o Núcleo Antigo continua perceptível e é uma peça espacialmente identificável, constituindo uma sequência do novo conjunto urbano.

Nesta fase, a cidade expande-se sobre uma estrutura viária deficiente e sem completar na periferia, os processos de edificação com os de urbanização e os equipamentos necessários.

Este desenvolvimento, arrastou consigo o deslocamento da centralidade comercial para a zona Sul, mas conservando ainda a centralidade nas funções tradicionais, o Núcleo Antigo vê ameaçada a sua própria viabilidade, ao difundir-se proporcionalmente no conjunto e ao estar fortemente congestionado por o estrangulamento dos acessos de atravessamento, a pressão do tráfego e do estacionamento.

A problemática, que afronta o Núcleo Antigo, tem a sua origem no processo de crescimento urbano, que produziu a explosão construtiva deste século, muito especialmente nas últimas décadas. O impacto combinado, do ritmo de crescimento, a especialização espacial e o desenvolvimento terciário, produziu na



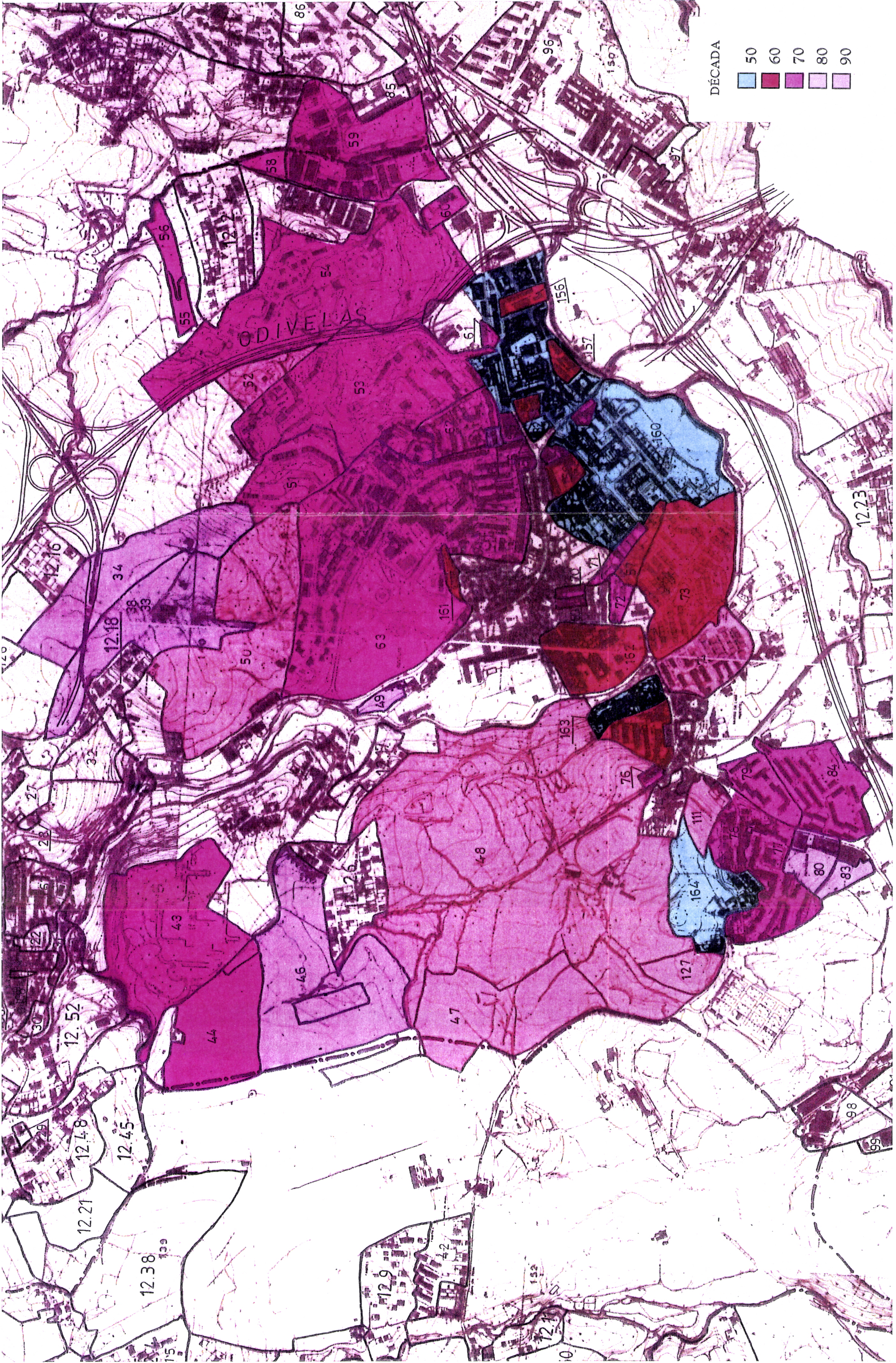
Fig. 3 - Área Urbana de Odivelas

cidade transformações de natureza desconhecida anteriormente, que levam a questionar a sobrevivência da cidade antiga, nos seus conteúdos funcionais e sociais, face à mesma realidade material, constituída por a sua própria morfologia e as construções que a integram. O avanço do processo de terciarização, o abandono parcial do centro pelos seus habitantes tradicionais, a deterioração do património edificado e do ambiente urbano, juntamente com a degradação do meio envolvente imediato, tornam-se patentes em distintos graus e diferentes intensidades, mas em todos os casos, existe uma tendência ao progressivo agravamento.

Face a este processo, que apresenta uma complexidade própria dos males estruturais, é necessária uma estratégia de intervenção variada que conduza á valorização urbana do Núcleo Antigo, mais amplamente, que conduza á reabilitação da cidade no seu conjunto. (Carta 20)

Do mesmo modo, que o conceito de conservação arquitectónica, se alargou do monumento, ao conjunto do Núcleo Antigo, naquilo que pode ser compreendido no seu conjunto edificado, assim a recuperação urbana deve transcender a simples conservação da arquitectura, para permitir a preservação dos conteúdos funcionais e sociais do Núcleo Antigo, não basicamente no que significa a sua reprodução mecânica, mas também conduzir as transformações necessárias, para conseguir a manutenção da utilização original, basicamente residencial e funcionalmente múltipla do Núcleo Antigo.

Hoje, o Núcleo Antigo, constitui uma parte da cidade, uma parte singular e essencial por quanto aquele, foi origem desta, e nela se conserva a sua memória colectiva e o mais valioso legado do passado: um património construído e cultural. Ali, também sobrevivem funções representativas de toda a cidade. É uma parte com qualidades, mas é só uma parte e como tal, não encontrará solução para os seus próprios problemas, isoladamente. A recuperação do Núcleo Antigo com toda a complexa especificidade que lhe é própria, não será possível, sem ser um passo na requalificação urbana, de toda a cidade.



CARTA 20 - EVOLUÇÃO URBANA DE ODIVELAS
 D.A.U./D.P.U./G.P.
 ESCALA 1:10.000
 DATA: 1997

"Portanto a cidade está, como digo, dilacerada por estas dicotomias que são o espaço da investigação. Entre, portanto, a continuidade e a diversidade, entre a metrópole e a comunidade, o grande e o pequeno: nem uma cidade de comunidades, hoje substitui a metrópole, nem a metrópole, parece-me, pode passar sem outros níveis de relação, que não são, concerteza os bairros transformados em equivalentes aldeias tradicionais. O policentrismo, as diferenças: a cidade não é mais igual, não pode ser igual. (...) ou outra alternativa ainda, que nasceu na confusão e hoje pode aparecer como modelo - o da cidade difusa, da pluriactividade, da mistura das actividades em territórios difundidos como gânglios, concentração, cintos de difusão, numa cidade - campo, do modo como Gothmmam falou num livro da negalópolis americana, a tal que vista de avião não existe, e que vista do solo é uma cidade contínua." ³



5. DINAMIZAÇÃO DO PROCESSO URBANO

Neste momento Odivelas, encontra-se num processo de desenvolvimento urbano de características diferentes, ao conhecido nas décadas anteriores, porquanto tem origem, uma diversificação das actividades terciárias, devido à categoria da cidade, no concelho.

Se, o processo urbano, que a cidade conheceu até aos anos oitenta está relacionado principalmente, com o processo especulativo imobiliário em volta da produção de habitação, que teve lugar por via da acumulação desordenada de iniciativas privadas e de intensidade incontrolada, articuladas sobre uma infraestrutura exposta, até chegar ao limite do seu colapso, o processo urbano que se apresenta, nos anos 90, exige para a sua viabilidade uma dupla mudança: a escala de actuações e a qualidade das mesmas. A possibilidade de acolher na cidade mais actividades, põe em primeiro plano a questão das acessibilidades e de toda a infraestruturização de recepção.

³ PORTAS, Nuno, *Conferência "Viver na cidade"*, GES/LNEC, Lisboa, 1990, Pág. 9

A consolidação das funções simbólicas e representativas da cidade, exige um forte compromisso com a requalificação urbana da cidade, e muito particularmente com a reabilitação do Núcleo Antigo.

Esta nova situação, exige uma mudança de escala, na abordagem dos problemas da cidade. Por outro lado o ordenamento e reestruturação da cidade no seu conjunto, com todos os problemas funcionais, derivados do seu crescimento mais recente, torna-se indispensável, para garantir a adequada e harmónica integração das actuações de impacto imediato.

Se, nas décadas anteriores uma improvisação somente interessada, nas consequências de um processo acumulativo da sobre-exploração imobiliária da cidade teve viabilidade social e política, neste momento, o grau de problemática que se acumula sobre a cidade, e o impacto destas actuações, só inevitavelmente se resolve, numa perspectiva de conjunto e uma estratégia que englobe as duas.

A envergadura e singularidade das novas actuações, advêm não só, do próprio carácter, mas também do estado de construção da cidade, que impõe concretamente os locais de novas implantações e a ocupação dos espaços estratégicos para a sua definição.

É, também com os aspectos de integração ambiental e de definição formal destes novos espaços urbanos, que conformam a cidade, nas próximas décadas, que cobram absoluta relevância e impõem uma atenção especial à escala arquitectónica dos problemas urbanos.

A colocação, nesta escala dos problemas derivados das novas funções urbanas de Odivelas, criou as condições para produzir uma aproximação com método e instrumentos diferentes, dos utilizados anteriormente, que evidenciam as potencialidades do projecto da Requalificação Urbana, para alcançar uma melhoria coordenada, das condições urbanísticas e ambientais do Núcleo Antigo, da cidade central, da periferia urbana e do meio envolvente.

"Ora portanto, a situação, hoje, parece-me que é de encontrar os sítios, e ir mudando no tal sentido de uma política que é simultâneamente instrumento de investigação (...). Mas enfim, vou tentar situá-los num espaço semântico de

*muitos vectores, no espaço semântico entre concentração e dispersão, de artifício e de natureza, de ruído e de calma, de mistura e de separação, de padronização e de identidade, de ordem e de flexibilidade, de mundialização e de regionalismo, de telecomunicação e de encontro directo, de produtividade e de festa, ou gasto ou desperdício, de programação ou de invenção (ou de anarquia), de infraestrutura ou de cosmética, e como fundo disto tudo, um permanente conflito entre a pressão para satisfazer necessidades quantitativas e as novas aspirações qualitativas."*⁴

⁴ PORTAS, Nuno, *Conferência "Viver na Cidade"*, GES/LNEC, Lisboa, 1990, Pág. 7.

CAPÍTULO III - O SUPORTE FÍSICO

1. Caracterização Biofísica

- 1.1. Caracterização Geológica-Estruturais e Sismo-Tectônicas
- 1.2. Características Litológico-Estratigráficas
- 1.3. Morfologia
- 1.4. Sismicidade
- 1.5. Hidrogeologia

3. Pedologia

- 3.1. Uso do Solo
- 3.2. Tipo de Solos

5. Hidrografia

- 5.1. Caracterização
- 5.2. Regime Hidrológico
- 5.3. Retrospectiva Histórica da Ocorrência das Cheias

2. Fisiografia

- 2.1. Hipsometria
- 2.2. Festos e Talwegues
- 2.3. Declives
- 2.4. Orientações das Encostas

4. Climatologia

6. Impacte Ambiental

CAPÍTULO III

O SUPORTE FÍSICO

1. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

"Um outro âmbito de aplicação dos estudos biofísicos relaciona-se com a protecção de valores naturais, históricos e culturais, a recuperação de áreas degradadas, a defesa da poluição e a regulamentação do solo em zonas críticas e sensíveis." ¹

À caracterização do relevo correspondem também particularidades quanto ao clima local, solo, subsolo, hidrologia, outras características e processos biofísicos. Nesta sequência, esta síntese, apresenta para Odivelas uma zona de vale principal, correspondendo essencialmente aos troços terminais das principais linhas de água, (Rio da Costa e Ribeira de Odivelas), em grande parte protegidas, dos efeitos directos dos ventos dominantes, NW, mas sujeitas a brisas ascendentes e descendentes, ao longo do dia.

Fortes amplitudes térmicas diárias, acumulação nocturna de ar frio e maior humidade relativa do ar, efeitos de estufa, condições favoráveis para a formação de orvalhos, geadas e nevoeiros (de irradiação) - Zona temperada húmida.

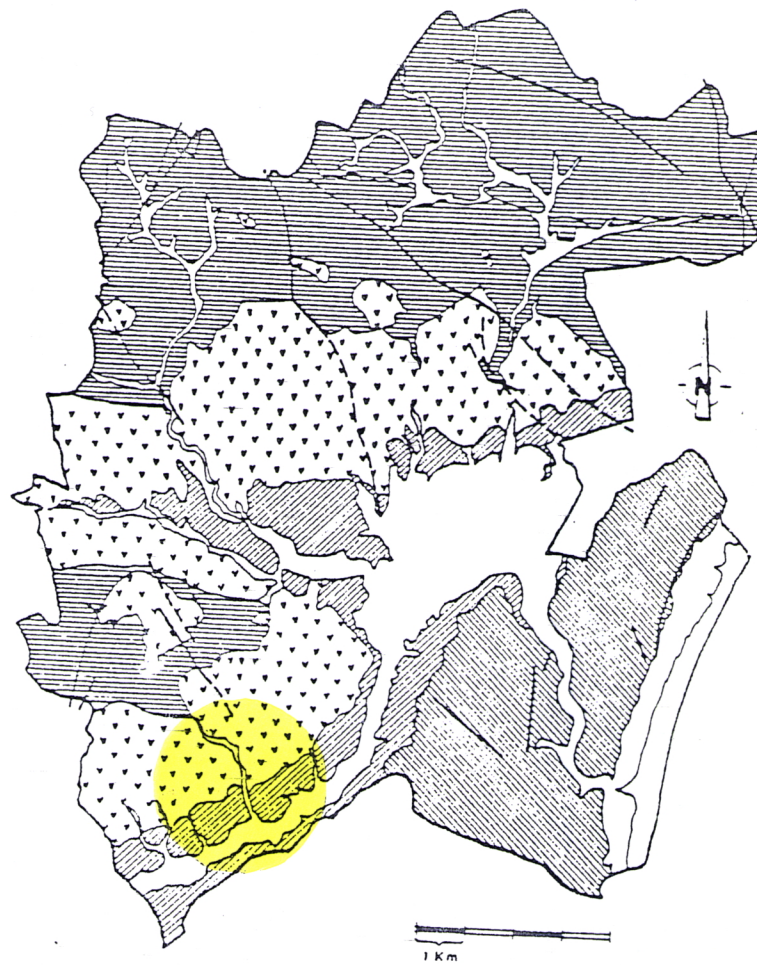
Convergência de condições topográficas e geológico-estruturais, justificativas de elevado risco de sismicidade.

1.1. CARACTERIZAÇÃO GEOLÓGICO-ESTRUTURAIS E SISMO-TECTÓNICAS

A região do concelho de Loures é constituída por formações geológicas que fazem parte do recobrimento Ocidental do Maciço Hespérico (o solo rochoso ou a ossatura de base da Península Ibérica). (Carta 14, Anexo I)

Segundo a Carta Geológica, essas formações distribuem-se pelos seguintes conjuntos litológico-estratigráficos: (Fig. 4)

¹ PDM Loures, *Estudos Prévios, Caracterização Biofísica*, Pág. 3.










-  QUATERNÁRIO - Formações de cobertura (aluviões recentes e terraços)
-  MIOCÉNICO - Formações do golfo terciário do Tejo
-  PALEOGÉNICO - Formações continentais sedimentares
-  NEOCRETÁCICO - Formações continentais vulcánicas com intercalações sedimentares
-  CRETÁCICO - Formações marinhas, mas também com fácies continentais
-  JURÁSSICO - Formações de fácies marinha
-  FALHA - a- verificada; b- provável

Fig. 4 - Conjuntos Litológicos-Estratigráficos no Concelho de Loures (P.D.M.)

- Quaternário - formações de cobertura (aluviões recentes e terraços);
- Miocénico - formações do golfo terciário do Tejo;
- Paleogénico - formações continentais sedimentares;
- Neocretácico - formações continentais vulcânicas com intercalações sedimentares;
- Cretácico - formações predominantemente marinhas, mas também com fácies continentais;
- Jurássico - formações de fácies marinha.

Do ponto de vista tectónico, aquelas formações encontram-se pouco deformadas; de modo geral, inclinam com pendor suave para Sul (Jurássico e Cretácico) ou SE (Paleogénico e Miocénico).

No concelho de Loures, surgem dois domínios diferenciados quanto à fracturação tectónica: o das formações ante-miocénicas e o das formações Miocénicas. O limite entre estes domínios tem orientação aproximada NE-SW, portanto paralela à orientação da bacia de subsidência do baixo Tejo. A mesma orientação encontra-se, nalgumas falhas que afectam as formações Miocénicas.

Durante o Quaternário, não é evidente a existência de tectónica activa, e segundo A. Ribeiro (1984), no estudo da neotectónica de Portugal Continental, não há referência a qualquer acidente tectónico, recente ou actual no concelho de Loures.

Em todo o caso, a actividade sísmica neste concelho, é relativamente importante, face aos estudos de Sousa Oliveira (1977), na Carta de epicentros de macrossismos, registados em Portugal de 1902 a 1975.

1.2. CARACTERÍSTICAS LITOLÓGICO-ESTRATIGRÁFICAS

O concelho de Loures, na área total, apresenta-se geologicamente bastante diferenciado. Referem-se, as mais recentes (Miocénico e Quaternário) de forma sumária:

- Formações de cobertura quaternária: aluviões poligénicas da várzea de Loures, constituídas por materiais de diferentes origens, transportados

- e depositados em condições diversas. Depósitos aluviais dos fundos dos vales estreitos, incluindo depósitos grosseiros torrenciais;
- Formações paleogénicas continentais (*Formação de Benfica*): estas formações afloram nas vertentes que limitam a várzea de Loures e nos vales dos rios de Loures e da Costa. Constituem um complexo litológico, de fácies continental, de conglomerados, arenitos e argilas de cor castanho alaranjado e avermelhado, incluindo um nível calcário importante. Os níveis argilosos são os mais possantes, chegando a atingir 200m de espessura; o nível calcário tem cerca de 16m de espessura, mas salienta-se na paisagem e constitui uma boa referência;
 - Formações vulcânicas com intercalações sedimentares (*Manto Basáltico de Lisboa*). Estas formações constituíram-se durante o período de grande actividade vulcânica, no final do Cretácico. São constituídas por derrames basálticos que intercalam níveis de materiais piroclásticos e algumas camadas sedimentares. Deste período são também as ocorrências de traquitos da região de Montemor.

1.3. MORFOLOGIA

O concelho de Loures, inclui-se na sua quase totalidade na área da bacia hidrográfica do Trancão, facto que, só por si, confere um papel importante àquele rio, na modelação do território do concelho. Todavia, a importância do aluviamento da várzea de Loures e do baixo Trancão, justifica que se atribua um elevado grau de importância à actividade erosiva da rede hidrográfica daquele rio, quando o nível de base, no Tejo, se situava, pelo menos 60m, mais baixo que o actual.

A forte destruição dos sedimentos da *Formação de Benfica*, originou um alargamento de relativa importância dos vales do Trancão, Rio de Loures e Rio da Costa, alongado segundo a direcção NE-SW. Com a subida do nível da base, no Tejo, reduziu-se progressivamente a capacidade de erosão mais profundas, originando, assim, os depósitos aluviais da várzea de Loures, do Rio de Loures e do Rio da Costa, do baixo Trancão e mesmo do próprio Tejo.

O mais importante agente da geodinâmica externa, actual é, sem dúvida, a água, quer como agente de erosão, quer como agente desestabilizador de vertentes, quer como agente de transporte e deposição de material sólido.

Os efeitos da actividade da água variam, em função do ritmo e intensidade das precipitações e das escorrências, mas também em função das condições físicas locais (topografia e características litológico-estruturais dos terrenos).

No seguimento de chuvas concentradas, os fenómenos de erosão dão origem à mobilização de maior ou menor volume de material sólido, ainda que nos vales confluentes na baixa aluvial de Loures e do Rio da Costa, também sensíveis a estes feitos, as condições litológicas das zonas erodidas justifiquem caudais sólidos menos importantes.

1.4. SISMICIDADE

O concelho de Loures, está incluído na Zona A, de mais elevado grau sísmico, das quatro zonas em que o território continental está dividido, relativamente à acção sísmica, definida no Decreto-Lei nº 235/83.

Considerando, no entanto, que quanto ao grau de uniformidade dos condicionamentos locais, a diversidade das características geológico-estruturais e topográficas, são importantes, segundo A. Gomes Coelho (1984), encontramos para a freguesia de Odivelas, o grau IX a X, no estudo de F. Pereira de Sousa (1928), intregando as áreas de elevada susceptibilidade, decorrentes das seguintes situações-tipo, definidas nos Estudos Prévios do P.D.M. - Caracterização Biofísica; (Fig. 5):

- "• *Convergência de condições topográficas e geológico-estruturais justificativas de risco de instabilidade de vertentes(formações cretácicas);*
- *Formações argilosas espessas (paleogénicas);*
- *Formações espessas, de acentuada complexidade litológico-estrutural e com presença de aquíferos livres e cativos (miocénicas);*
- *Aluviões espessas, incoerentes e saturadas (várzeas de Loures, baixo Trancão e aluviões do Tejo)."*

1.5. HIDROGEOLOGIA

As formações geológicas, de acordo com as respectivas constituição e estrutura, revelam maior ou menor aptidão para permitir a circulação de água, originando, (Carta 27, Anexo I)

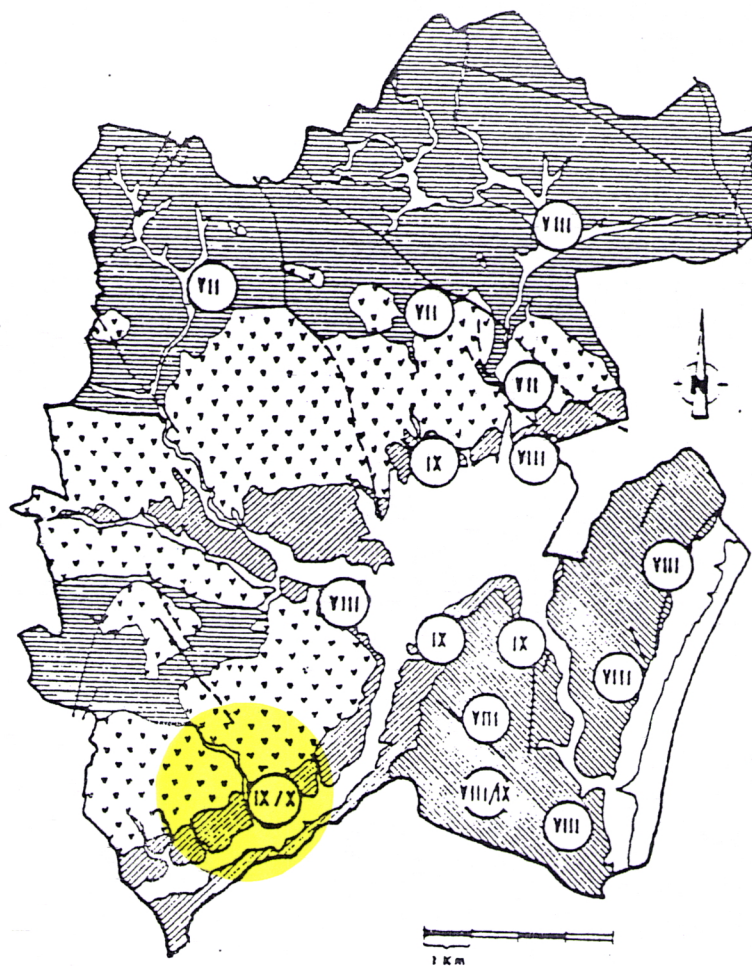
- Aquíferos - formações geológicas que permitem armazenamento importante de águas e fácil circulação desta, tornando possível o seu aproveitamento económico;
- Aquitardos - formações geológicas que contêm apreciáveis quantidades de água e a transmitem muito lentamente, tornando difícil quase sempre a sua captação e exploração;
- Aquicludos - formações geológicas que podendo conter água, não a transmitem, não sendo por isso possível a suas exploração.

Na área da bacia hidrográfica, do Rio de Loures e Ribeira de Odivelas estão apresentados sistemas aquíferos de carácter:

- Livre - são geralmente sub-superficiais, tem origem nas formações aluvionares e nos depósitos recentes, não sendo muito produtivos por não serem extensos nem terem recargas relevantes. Este tipo ocorre também em zonas de alteração e/ou fracturação dos meios fissurados;
- Cativo - São aqueles que devido às condições geológicas existentes, a água armazenada adquire cargas hidráulicas superiores à pressão atmosférica podendo ultrapassar com frequência o nível do solo;
- Semi-Cativo - são casos especiais dos mantos cativos e originam-se quando o tecto e/ou o muro de aquíferos contactam com uma camada semi-permeável.

As potencialidades aquíferas, nesta zona revelam caudais, desde que se provoquem grandes rebaixamentos com valores da ordem de 10L/s, nas captações efectuadas nas proximidades de Odivelas (Amoreira e Ramada).

A qualidade química das águas subterrâneas é muito variável, já que as águas correntes nos sistemas aquíferos dos aluviões profundos do Miocénico, Cretácico e Jurássico apresentam características de potabilidade e que as águas correntes nos aluviões e nas formações paleogénicas e vulcano-sedimentares e neocretácicas, apresentam grande variação química e sinais evidentes de poluição (cloretos, sulfatos e nitratos).










-  QUATERNÁRIO - Formações de cobertura (aluviões recentes e terraços)
-  MIOCÉNICO - Formações do golfo terciário do Tejo
-  PALEOGÉNICO - Formações continentais sedimentares
-  NEOCRETÁCICO - Formações continentais vulcânicas com intercalações sedimentares
-  CRETÁCICO - Formações marinhas, mas também com fácies continentais
-  JURÁSSICO - Formações de fácies marinha
-  FALHA - a- verificada; b- provável

Fig. 5 - Intensidades Sísmicas, no Concelho de Loures, devidas ao Sismo de 1 de Novembro de 1755 (P.D.M.)

Outro factor, resulta da poluição urbana e doméstica, derivada das descargas directas em linhas de água. A poluição agrícola, deve-se sobretudo ao uso intensivo e extensivo de fertilizantes inorgânicos e pesticidas.



2. FISIOGRAFIA

A caracterização da área de Odivelas, apresenta-se desenvolvida nas cartas em anexo.

2.1. HIPSOMETRIA (Carta 21, Anexo I)

Considerando a morfologia do concelho de Loures, a área de Odivelas, enquadra-se nos valores das zonas baixas e faixas de transição para as encostas com valores dos 10 aos 50m, situação de excepção do Rio da Costa que até à Paiã, ainda se inclui neste nível hipsométrico.

2.2. FESTOS E TALVEGUES (Carta 25, Anexo I)

A representação gráfica das linhas de festo (cumeada, separação de águas) e de talvegue (de drenagem natural), assume a sua importância relativa. Assim, a dimensão da representação das linhas de festo é tanto maior quanto mais importantes são as bacias hidrográficas que separam e quanto mais a montante da bacia, estão. Também a dimensão, das linhas de água é proporcional à representação gráfica, da bacia que drenam.

2.3. DECLIVES (Carta 22, Anexo I)

As classes de declives cartografados indicam que no concelho o conjunto das áreas com declives ligeiros a moderados é dominante (55%) e neste conjunto insere-se a área de Odivelas.

2.4. ORIENTAÇÕES DAS ENCOSTAS (Carta 23, Anexo I)

A ocorrência de orientações no concelho, indica o predomínio das encostas *quentes* (SE, S) e *muito quentes* (SW, W), no total de 50%.

As encostas *frias* e *frescas* (NW, N e NE) representam valores da ordem dos 36%.



3. PEDOLOGIA

3.1. USO DO SOLO

Com base na caracterização biofísica, dos Estudos Prévios do P.D.M. de Loures, encontramos para além do critério baseado nas Cartas Complementar de Solos, do CNROA, e da Carta de Capacidade de Uso Agrícola e segundo Carvalho Cardoso:

- Aluviosolos modernos e coluviosolos;
- Solos salinos de aluviões;
- Litossolos;
- Solos litólicos;
- Solos calcários pardos e vermelhos normais;
- Barros (pretos, castanho-avermelhados e pardos);
- Solos hidromórficos e solos mediterrânicos pardos para-hidromórficos;
- Afloramentos rochosos;
- Sapais.

Os solos que apresentam capacidade de uso agrícola, constituem 31% do total do concelho e encontram-se essencialmente na várzea de Loures e nos vales de Bucelas e Lousa. A Sul, junto ao vale do Rio da Costa, encontram-se ainda bons terrenos agrícolas, embora já bastante ameaçados pela construção. Os solos susceptíveis de utilização florestal, pastagem ou matos representam 14%, distribuindo-se por todo o concelho, mas com predomínio na zona Norte.

Nos estudos, as superfícies com uso agrícola correspondem a 53,7%, as áreas de ocupação edificada a 21,5% (incluindo Odivelas), para o total da área afectada ao uso florestal, temos 9,6% e áreas de matos e incultos 12,3%, o total, de áreas praticamente sem solo nem vegetação, não edificada 2,9%. (Carta 24, Anexo I)

3.2. TIPO DE SOLOS

A caracterização pedológica, da bacia hidrográfica do Trancão, foi feita, segundo o Estudo das Causas das Cheias na Região de Lisboa, no sentido de distinguir quatro tipos de solos, considerados na tabelação de um parâmetro, designado por número de escoamento, *CN*, o qual traduz a potencialidade de uma bacia para gerar escoamento superficial. Estes quatro tipos de solo, em função da sua constituição mais ou menos permeável à infiltração, são: ²

- Tipo **A** - Solos dando origem a baixo escoamento directo ou que apresentam permeabilidade bastante elevada. Inclui areias profundas com muito pouco limo ou argila;
- Tipo **B** - Solos menos permeáveis do que os anteriores. Inclui fundamentalmente solos menos arenosos, apresentando no entanto permeabilidade superior à média;
- Tipo **C** - Solos originando escoamentos directos superiores à média e superiores aos originados pelos tipos anteriores. Inclui solos pouco profundos e solos com quantidades apreciáveis de argila;
- Tipo **D** - Solos contendo argilas expansivas e alguns solos pouco profundos com sub-horizontes quase impermeáveis que originam escoamentos directos elevados.

O conjunto das formações existentes na bacia em análise (Rio de Loures e Ribeira de Odivelas) com o cruzamento da Carta Geológica e Carta de Solos, permitiu o traçado da carta respeitante ao tipo de solos, ocorrente nas bacias de Odivelas e Loures. (Fig. 6)

Consideram-se no Tipo B os aluviosos e os solos litólicos (húmidos e não húmidos); no Tipo C os solos calcários pardos e mediterrâneos pardos de materiais não calcários e os barros pardos; no Tipo D os litossolos, os solos calcários vermelhos, mólicos e mediterrâneos pardos e vermelhos.

² CORREIA, 1984.

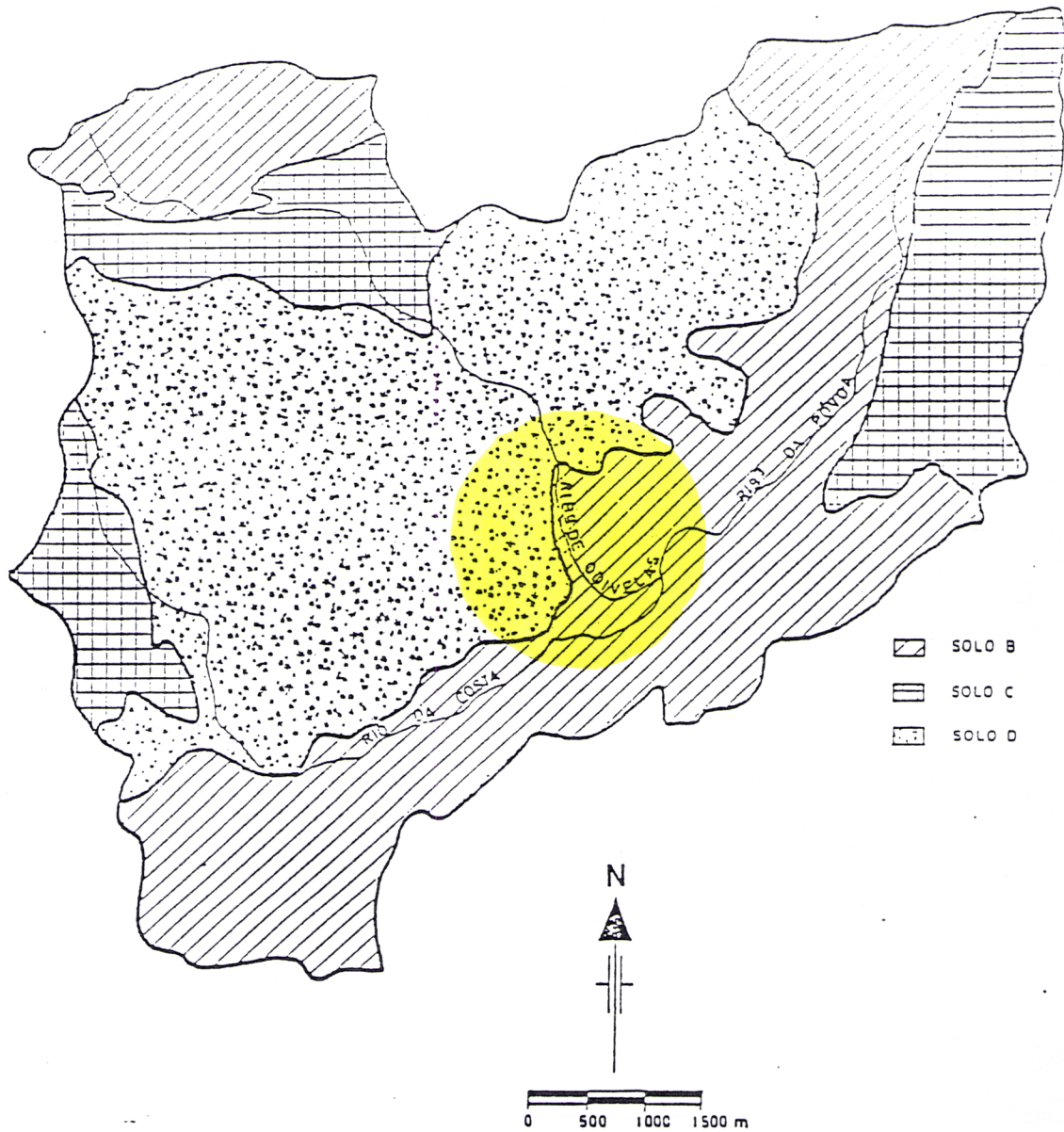


Fig. 6 - Tipo de Solos na Bacia de Odivelas
(Estudo das Causas das Cheias na Região de Lisboa)

Não foi detectada a existência de solos de Tipo A. As áreas ocupadas pelos solos na bacia de Odivelas, são :

- B - 19Km² (45%);
- C - 5Km² (12%);
- D - 18Km² (43%);



4. CLIMATOLOGIA

Uma breve caracterização climática para o concelho de Loures, com base no Atlas Climatológico de Portugal, do S.M.N., 1974, donde se retiraram os valores das normais climatologias no período de 1931-1960, indicam:

• Temperatura média diária do ar - ano	15 - 16°C
• Quantidade total de precipitação - ano	600 - 800mm
• Humidade relativa média do ar às 9h - ano	73 - 77%
• Insolação - ano	2500 - 3000 horas
• Radiação global - ano	147 - 156 Kcal.cm ⁻²



5. HIDROLOGIA

5.1. CARACTERIZAÇÃO

O concelho de Loures, é ocupado em grande parte pela bacia hidrográfica do Rio Trancão, sendo as áreas respectivamente de 189Km² e 159Km². (Carta 25, Anexo I)

5.2. REGIME HIDROLÓGICO

Todas as linhas de água da bacia do Trancão são de regime torrencial, o que significa que apenas durante parte do ano dispõem, de caudal natural. Estudos existentes demonstram que, em ano médio, o escoamento é nulo durante 120 dias.

No concelho de Loures, existem duas situações distintas no que respeita às características geomorfológicas do vale, em que as linhas de água correm:

- Em grande parte do concelho, elas desenvolvem-se em vales encaixados, com fortes declives longitudinais, donde resultam características que asseguram nestes, a não ocorrência de cheias;
- Existem, também zonas como é o caso de Odivelas, em que as linhas de água (Ribeira de Odivelas e Rio da Costa) correm em *planícies aluvionares*, com pequeno declive e onde o escoamento é fortemente afectado pela variação do nível da base, onde o escoamento é lento, originando que os caudais de cheia causem a inundação de extensas áreas.

A ocupação urbana da bacia ocorre, predominantemente nos eixos Pontinha-Odivelas e Caneças-Odivelas.

As modificações introduzidas, no revestimento, na ocupação e uso dos solos, com especial incidência no desenvolvimento de zonas habitacionais e industriais em encostas com declive acentuado, têm agravado fortemente as condições de erosão do solo e acrescido de forma significativa, o volume de material afluente às linhas de água, criando assim condições à ocorrência de cheias, para além dos originados com a canalização coberta de pequenos cursos de água e a inadequação de infra-estruturas das redes viárias, nomeadamente os aterros, pontes e aquedutos, que não são projectados, prevendo os seus efeitos durante a ocorrência das cheias.

Para a área em questão assinalamos os seguintes pontos críticos:

- Troço da Ribeira de Odivelas, junto a Pombais (diminuição da altura dos muros marginais);
- Troço de canalização coberta, no curso de água afluente da Ribeira de Odivelas, a jusante da Ramada (sem dispositivo de retenção de material sólido);
- Troço da Ribeira de Odivelas, na Ramada (obstrução do leito);
- Troço da Ribeira de Odivelas e Urmeira (aumento de construção).

5.3. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA OCORRÊNCIA DAS CHEIAS

Não só a área de Odivelas, como o concelho de Loures, mas também a área da grande Lisboa, pela sua localização geográfica, sempre, no decorrer dos tempos, esteve sujeita a cheias, já que este é um fenómeno de natureza biofísica, que no entanto tem sido intensificado por razões de ordem humana derivadas de uma ocupação desordenada do território.

"(...) chega a cobiça ou a multidão e necessidade dos homens a não deixar palmo de terra que não rompa. Em tempos muito antigos eram invioláveis as costas e ladeiras que caíam sobre os rios com medo de que hoje se padece. (...) Faz perder os campos, muitos largos e proveitosos, o querer aproveitar montes pela maior parte estéreis ou pouco frutíferos, acham as invernadas a terra batida, levam-na ao baixo, e ficam despidos os altos até descobrirem os ossos que são as lageas e penedias do centro, e assim ficam os campos perdidos e não dão proveito " ³ (Frei Luís de Sousa, séc. XVII, citado por Moreira, 1984).

No entanto, a adaptação do homem ao ambiente, conduziu a alterações, que visavam aliviar e minimizar os prejuízos resultantes das inundações, entre outros as de salvar as culturas e sementeiras, levam à proposta de algumas obras hidráulicas, que começam já no séc. XVIII, embora não concretizadas. (Fig. 7)

Neste século, decorrentes de políticas económicas no âmbito agrícola e do acentuado processo de crescimento urbano, em torno da capital, surgem também nesta área, as primeiras modificações do uso do solo.

Este crescimento urbano, originado pelo afluxo das populações rurais à cidade, desenvolve-se em zonas de maior vulnerabilidade à ocorrência de riscos de cheia e desta forma surge a impermeabilização, das encostas e leitos de cheia com construções, aumentando os processos de escoamento e dos caudais, dos quais resultam cheias catastróficas.

Refere-se, no entanto, que já no passado a complexidade e gravidade do uso do território, determinara a adopção de medidas de prevenção das cheias.

³ *Estudo das Causas das Cheias na Região de Lisboa*, D.G.R.N.-M.P.A.T., Lisboa, 1989, Pág. 1.

"Medidas propostas por D. Manuel I, no seguimento de ocorrência das cheias de 1513. (Moreira, 1984):

- a) *Proibição de abertura de caminhos nas encostas;*
- b) *Obrigação da preservação do solo das encostas através da plantação de árvores e outra vegeta o;*
- c) *Proibição de extrac o de areias das encostas, por criar erosão e instabilidade das mesmas;*
- d) *Proibição da desarborização das encostas e de atear fogos nas matas, por conduzir ao arrasamento do solo, assoreamento dos rios, originando inundações dos campos agrícolas a jusante;*
- e) *Calcetamento de ruas em degraus fortes, por forma a resistir à forçá das águas e diminuir a velocidade de escoamento;*
- f) *Nomea o dos primeiros guarda-florestais e guarda-rios."* ⁴

As medidas apontadas, sugerem já que o fen meno das cheias não era um processo exclusivo da linha de água, mas sim um problema mais amplo e complexo devido à ausência de ordenamento da bacia hidrográfica.

Em síntese, indicam-se os anos em que as cheias foram mais graves: 1852, 1895, 1909, 1912, 1935, 1937, 1940, 1947, 1952, 1955, 1967 e 1983, sendo Odivelas um dos locais incluídos na lista dos mais afectados.

A bacia hidrográfica, do Rio de Loures e Ribeira de Odivelas, faz parte duma unidade mais vasta, que por questões de funcionalidade e conveniência de trabalho do grupo, de Estudo das Causas das Cheias na Região de Lisboa, foi dividida em duas bacias, esta a Sul e o Rio Trancão a Norte.

São os dados relativos a este relatório síntese que iremos referenciar já que tratam de zona de Odivelas, e que de acordo com o texto da Resolução de Ministros n  2/84, de 04/01, os estudos para cada bacia hidrográfica deviam obedecer ao seguinte faseamento:

- I FASE - inventário e recolha de dados;
- II FASE - análise da bacia hidrográfica, no que se refere à caracterização e   ocupação do solo;
- III FASE - diagnóstico dos problemas, pontos de estrangulamento, estudos hidrológicos e hidráulicos e áreas de risco de cheia e erosão;

⁴ Idem, Págs. 10 e 11.

- IV FASE - definição de medidas de curto e médio prazo, e obras a realizar; propostas de ordenamento das bacias hidrográficas.

O relatório síntese dos estudos referidos aponta como principais conclusões sobre os aspectos da ocupação urbana recente e do desenvolvimento das actividades económicas e sociais:

- Na A.M.L. o processo de urbanização da Margem Norte, foi extremamente rápido com taxas anuais de crescimento da população residente, por vezes superiores a 10%.
- Um afluxo demográfico, originando a urbanização de toda e qualquer espécie de solos, incluindo os de elevada aptidão agrícola e a inexistência de estudos de ordenamento do território;
- As áreas de *clandestinos*, ocupam muitas vezes grandes áreas de solos de várzeas e encostas de acentuados declives;
- O declínio acentuado da actividade agrícola, e a transformação do espaço rural e agrícola tradicional em espaço urbano e industrial;
- O avanço da frente urbana em paralelo com o da frente industrial.

A complexidade dos problemas em causa, previa o lançamento de um Plano de Intervenção para toda a bacia hidrográfica ou considerando a sua divisão em sub-bacias, englobando medidas estruturais intensivas, nomeadamente um Estudo Prévio de Regularização, medidas estruturais de carácter extensivo, como acções de correcção torrencial associadas ao revestimento arbóreo e arbustivo das zonas de cabeceira, áreas de risco de erosão elevados e outras detectadas no plano de ordenamento, bem como medidas de carácter não-estrutural, como a regulamentação e recomendação para o uso do solo nas áreas inundáveis e o controle da ocupação das zonas com risco de inundação para actividades menos susceptíveis a danos. Este processo deveria ser desenvolvido de forma integrada, através da execução de propostas de regularização, com a consideração dos aspectos de carácter económico, social e ambiental.

O relatório síntese do estudo, em conclusão, aponta a definição de medidas de carácter não estrutural:

1. • Zonamento da bacia hidrográfica;
• Medidas de protecção do solo, águas e coberto vegetal;
2. Proposta de condicionamentos à ocupação edificada (matriz e classes de condicionamentos);

3. Proposta de condicionantes ao uso agro-florestal e tipos de coberto vegetal (matriz e classes de condicionantes);
4.
 - Acções de informação pública;
 - Procedimentos de prevenção e de emergência;
5. Estudo de avaliação dos prejuízos das cheias e de medidas de carácter estrutural:
 1. Medidas imediatas:
 - Levantamento hidro-sedimentológico;
 - Altimetria do leito de inundações e do leito menor;
 - Geometria das secções transversais necessárias aos cálculos hidráulicos.
 2. Medidas a médio prazo:
 - Produzir possíveis aflúncias em caudais líquidos;
 - Contrabalançar os efeitos de abandono do uso agrícola;
 - Correção das condições de escoamento, e redução da torrencialidade dos cursos de água;
 - Obras de alargamento e estabilização de leitos e margens;
 - Construção de barragens e açudes de correção torrencial;
 - Obras de protecção de zonas construídas, mais sujeitas a riscos de inundação;
 - Ajustes nas condições de vazão das várzeas de Loures e Frielas;
 - Obras de correção das condições de escoamento face ao aumento de zona urbanizada do próprio vale.



6. IMPACTE AMBIENTAL

Os recursos naturais do concelho de Loures, têm vindo a ser sistemática e desnecessariamente degradados, à semelhança do que se passa na generalidade das grandes áreas metropolitanas. Em termos gerais é fácil, constatar que, na maioria dos casos, não têm sido consideradas as características biofísicas do território aquando da tomada de decisões acerca do seu uso, principalmente numa óptica global.

Num território que contudo, ainda apresenta excelentes aptidões para um conjunto equilibrado de usos e funções imprescindíveis a uma efectiva qualidade de vida,

assiste-se por vezes, a uma redução dessas aptidões e das futuras potencialidades, principalmente devido a incorrectas utilizações do espaço, de que tem resultado uma indiscriminada destruição do solo e da vegetação, graves distúrbios no sistema de drenagem natural, fortes riscos de catástrofes e destruição de valores de património. (Fig. 8)

É de assinalar, a falta de uma estrutura urbana coerente que inclua também o respectivo sistema de espaços verdes e uma transição harmoniosa para os espaços rurais envolventes, a degradação das linhas de água, que as atravessam e dos respectivos leitos de cheia.

Os fortes impactos paisagísticos negativos, gerados pela introdução de construções sem sentido na encosta de Odivelas-Póvoa de Stº Adrião e Loures, contrariando assim o potencial das linhas panorâmicas, que correspondem a linhas de cumeeada (linha praticamente coincidente com a estrada militar) com cotas altas, relativamente ao conjunto do território, dos quais se domina a baixa de Loures e a baixa do Rio da Costa; a destruição de extensas manchas de solo com alto valor agrícola nas zonas baixas e férteis do Rio de Loures e Ribeira da Póvoa; a degradação ou destruição das linhas de drenagem natural, quer através da sua poluição, de aterros, canalizações, reduções das secções de escoamento, para além da destruição ou degradação de importantes funções ecológicas, associadas aos cursos de água, isto é, da diversidade e continuidade de ecótopos imprescindíveis à estabilidade da paisagem; a necessidade de encarar medidas correctivas integradas, que incluam a constituição da rede de espaços verdes, que respondam às necessidades de recreio e lazer das populações.

A desvalorização dos recursos naturais como a água, solo, vegetação, paisagem, incluindo para além dos valores naturais, os valores resultantes da humanização, e o seu valor cénico global, incluindo a destruição de grande parte do património construído, isto é, edifícios e envolventes, cujo processo a política autárquica de recuperação, ao tentar reduzir muitas das degradações detectadas, permitirá criar as bases para um efectivo desenvolvimento concelhio, para o qual a mobilização da população local é uma condição indispensável, preservando os testemunhos de uma concreta e equilibrada humanização do espaço, valorizando-os, mesmo no sentido da sua utilização sustentada.



LEGENDA











- | | | | |
|---|---|--|---|
|  | Principais áreas com construção não integrada na morfologia do terreno |  | Área mais significativas de degradação do solo por compactação (s/edificação) |
|  | Solo degradado por salinização |  | Outras secções e troços críticos dos cursos de água |
|  | Provável poluição dos aquíferos |  | Degradação das linhas de água |
|  | Destruição total do solo – principais manchas de elevada potencialidade agrícola degradadas nas últimas décadas |  | Linhas de água poluídas |
|  | Poluição sonora com origem nas vias de comunicação |  | Alterações do relevo : aterros e escavações importantes para via rápida |

Fig. 8 - Impacte Ambiental

CAPÍTULO IV - A POPULAÇÃO E A ACTIVIDADE

- 1. Caracterização Demográfica e Sócio-Económica**
- 1.1. Evolução Populacional de Odivelas**
- 1.2. Caracterização Individual da População do Núcleo Antigo**
- 1.3. Condições Sociais e de Saúde**
- 1.4. Caracterização Sociológica da População do Núcleo Antigo**
- 2. Caracterização Económica**
- 2.1. Sistema Urbano de Odivelas**
- 2.2. Caracterização das Actividades no Núcleo Antigo**

CAPÍTULO IV

A POPULAÇÃO E A ACTIVIDADE

1. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA, E SÓCIO-ECONÓMICA

A nível de concelho, a população aumentou 15 vezes, desde o início do século, ainda que numa forma mais evidente a partir da década de 50, tendo duplicado entre 1950 e 1960. Nas últimas três décadas, manteve um crescimento significativo, registando contudo, uma quebra de ritmo no último decénio.

Segundo o Censo de 1991, a população de Loures ascende a 322 158 pessoas, registando-se a maior concentração populacional em Odivelas (16,7%).

Trata-se de uma população jovem, pois 46%, tem menos de 30 anos e 51% da população total, são mulheres. A população em idade activa ascende a cerca de 177 000 (55%) em que parte significativa, da população residente, está empregada em Lisboa.

Relativamente, à área de Odivelas (subsistema, definido no P.D.M.) o total da população é de 120 103 habitantes, a que correspondem 39 629 famílias e 47 283 fogos, numa média de 0,77 famílias por fogo.

No sistema urbano de Odivelas, no Censo de 1991, a população empregada, ascendia a 58 626, 38% do total da população empregada do concelho e a distribuição por sectores de actividades correspondia:

Sector Primário	0,4%	(0,9%, média do concelho)
Sector Secundário	26,3%	(29,4%, média do concelho)
Sector Terciário	74,1%	(69,7%, média do concelho)

1.1. EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE ODIVELAS

Na evolução populacional da área, do que é hoje, denominado o concelho de Loures, verifica-se que esta zona demográfica teve um crescimento populacional muito elevado, *"devido essencialmente a migrações populacionais, através de deslocações periódicas ou definitivas e, ainda motivado por uma procura de trabalho numa zona essencialmente agrícola, e com uma grande capacidade de absorção de mão-de-obra."* ¹

Do quadro geral da evolução demográfica do concelho de Loures - população residente, foram retirados os seguintes valores, relativos à freguesia de Odivelas. ²

• Séc. XVIII		
1732 -	1004 -	(almas - Caetano de Lima)
1758 -	1569 -	(população total com mais de 7 anos - inclui também Lumiar e Carnide - Francisco de P. Lousa)
• Séc. XIX		
Censo 1864 -	1562 -	(hab.)
Censo 1878 -	1566 -	(hab.)
Censo 1890 -	1592 -	(hab.)
• Séc. XX		
Censo 1900 -	1746 -	(hab.)
Censo 1911 -	2313 -	(hab. / inclui Carnide e Lumiar)
Censo 1920 -	2635 -	(hab. / inclui Carnide e Lumiar)
Censo 1930 -	3174 -	(hab. / inclui Carnide e Lumiar)
Censo 1940 -	3696 -	(hab.)
Censo 1950 -	6772 -	(hab.)
Censo 1960 -	27 423 -	(hab.)
Censo 1970 -	51 395 -	(hab.)
Censo 1981 -	84 624 -	(hab.)

"Evidentemente que o concelho de Loures, pela sua localização junto a Lisboa (...) participava nas diferentes ocupações humanas do território

¹ Loures, *Tradição e Mudança*, C. M. Loures, Loures, 1986, Pág. 146.

² *Idem*, Pág. 147.

*nacional, tanto através do seu solo para a agricultura, bem como, através da progressiva instalação industrial e conseqüente actividade comercial, as quais arrastam consigo um inevitável crescimento populacional."*³

Odivelas, contígua a Lisboa foi a zona, onde esta concentração populacional mais se fez sentir no concelho de Loures.

A freguesia de Odivelas, registou o máximo crescimento do concelho, no período de 1940-1981, verificando-se um aumento significativo entre as décadas de 50 e 60. Parece, ter agora ultrapassado a fase de maior expansão, encontrando-se em fase de consolidação.

Apresenta, densidade relativa, muito elevada, 5455 hab./Km², superior à média do concelho. Povoamento, relativamente disperso, mas de elevado grau de concentração urbana.

Maior incidência de construção, entre 1945 e 1970, com 10% de edifícios construídos antes de 1945, mas elevado número de construções posteriores a 1971, denotando relativo equilíbrio, entre o número de fogos e o número de famílias residentes. Segundo o Censo de 1991, a zona de Odivelas possuía a maior representatividade no total de edifícios, recenseados no concelho (26%), e quanto a alojamentos 34,4%, sendo o rácio de alojamentos por edifícios de 4,1, enquanto a média concelhia é de 3,2.

Estrutura etária jovem, com um índice de envelhecimento de 14,07 e idade mediana, de 29,5 anos.

Poucas famílias com pessoas de idade, igual ou superior a 65 anos, a par de grande número de núcleos familiares, com filhos pequenos. Dimensão média de 3,3 habitantes/família e predomínio nítido de famílias, com 3-4 pessoas.

Forte incidência de desempregados, sobretudo dos que procuram novo emprego. Muito baixa, percentagem de reformados entre a população, 3,8%.

³ *Ibidem*, pág. 148.
PARTE I • CAPÍTULO IV

♦ **Caracterização demográfica e sócio-económica - 1981/1991**

ODIVELAS		1981 ⁴	1991 ⁵
População Residente		60 352	53 531
Área (Km ²)		13,55	5,35
Densidade (Hab./Km ²)		4452	10 645
População Activa		28 559	46 103
Activos	I	145	-
	II	7995	-
	III	18 620	-
Desemprego	Total	1799	1858
	%	2,98	6,62
	1º Emprego	611	436
	Novo Emprego	1188	1422
Reformados		3,82%	11,3%
Analfabetismo		24,55%	22,1%

Não obstante, a desanexação dos lugares que formaram em 1989 as novas freguesias de Famões e Ramada, a população de Odivelas, continua a crescer, embora de forma mais moderada.

A estrutura etária, da população da freguesia de Odivelas, ainda se pode considerar bastante jovem: para o grupo etário igual ou superior a 65 anos, temos 7,9%, bastante inferior, à dos 0 aos 14 anos, 18,8%.

No grupo etário entre, 0 e os 24 anos, o valor é de 35,5%.

A sua população, em idade activa (15-64 anos) é de 73,3%.

O índice de envelhecimento é de 42% podendo, considerar-se com uma população jovem.

⁴ *Roteiloures*, Roteiro e Guia, 5ª Edição, 1988/89 - Freguesia de Odivelas.

⁵ Censo 1991 - Freguesia de Odivelas.

Dominam as famílias compostas por 3 pessoas, em que 11,1% de famílias com 65 ou mais anos; 52,7% das famílias não têm pessoas com idade inferior a 15 anos e 36,2% das famílias têm pessoas com idade inferior a 15 anos.

A diversificação, da naturalidade da população residente na freguesia, deve-se ao grande surto migratório, proveniente de Lisboa.

A taxa de analfabetismo da população com 10 ou mais anos é, em 1991, de 4,3%, inferior à do concelho.

1.2. CARACTERIZAÇÃO INDIVIDUAL DA POPULAÇÃO DO NÚCLEO ANTIGO

A delimitação da área de intervenção, do Núcleo Antigo de Odivelas, no âmbito das propostas de Salvaguarda, e o conhecimento da população aí residente, levou à realização de 119 inquéritos entre 1995 e 1996, cujo tratamento e análise da informação recolhida, conduziu à caracterização individual da população, e à comparação com os dados, do I.N.E. - Censo de 1991, relativos à Freguesia de Odivelas (Anexo IV), suas condições de vida e alojamento, ao diagnóstico da necessidade dos equipamentos colectivos, e funcionalidade dos locais de aquisição de bens e serviços.

a) Estrutura Etária

A população do Núcleo Antigo de Odivelas, apresenta-se, envelhecida, à semelhança de outras zonas antigas dos aglomerados urbanos do concelho, como é o caso de Sacavém e mesmo de outros municípios. (Fig. 9)

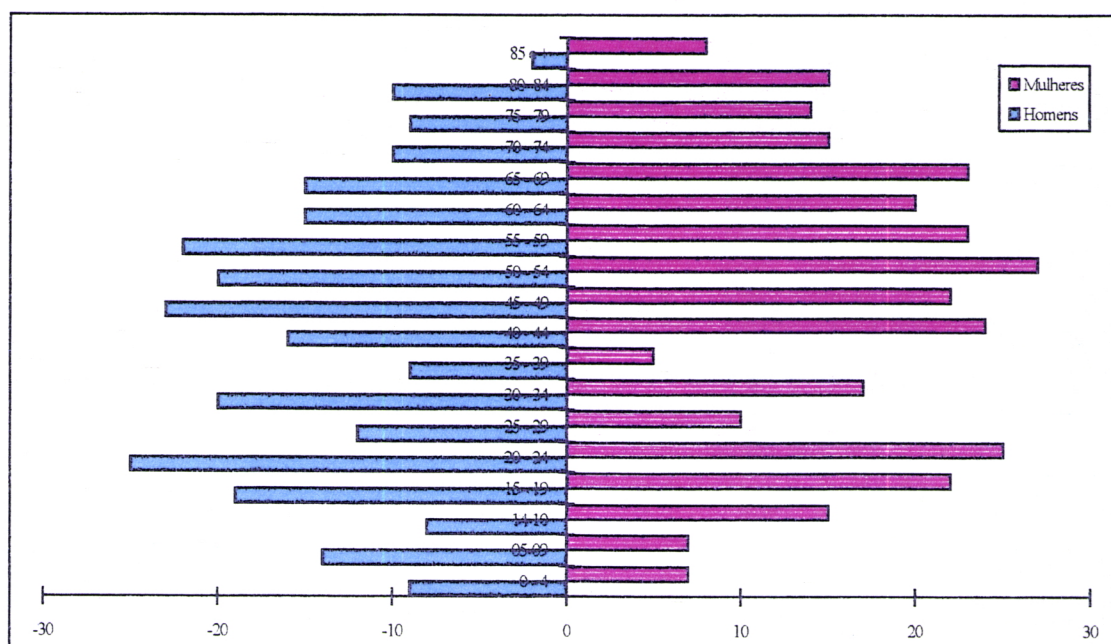
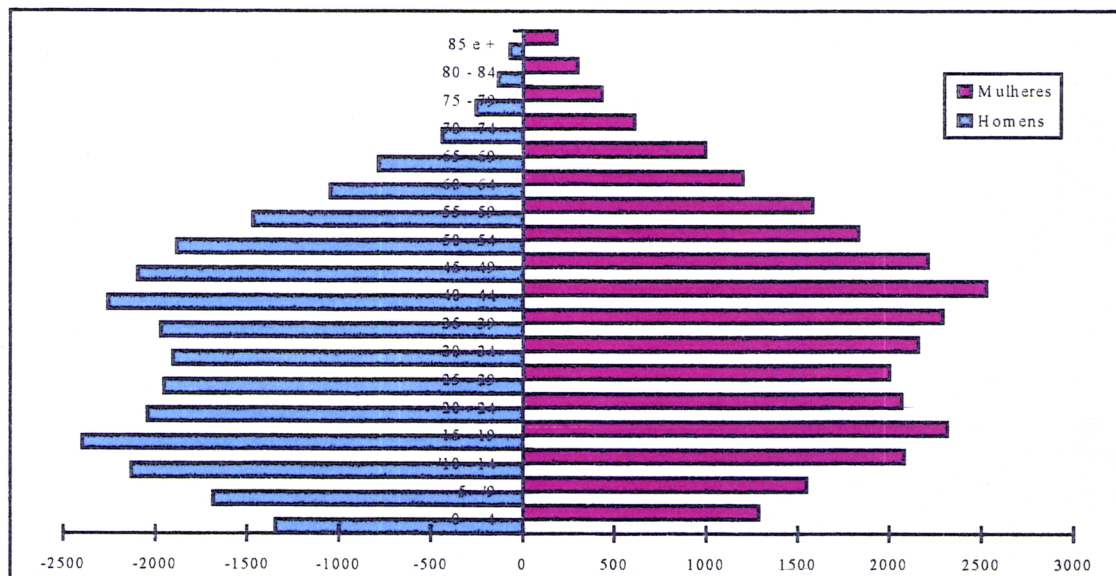


Fig. nº 9 - Pirâmides Etárias da Freguesia e do Núcleo Antigo de Odivelas

No Censo de 1991, para o grupo de residentes com idade entre os 24 e 55 anos o valor é de 36,7, seguido do grupo superior a 55 anos, com 36,1%.

"No conjunto dos inquiridos, 49,6% têm idade superior a 65 anos, logo seguida do grupo etário dos 56 aos 65 anos, 25,2%.

A população feminina tem um peso predominante, 68,9%, para 31,1% homens, dos inquiridos." ⁶

Dos dados do INE, extraímos o valor de 53,7% para o grupo feminino e 46,3% para o masculino.

"Predomina o estado civil de casado, 52,1%, seguido do estado de viúvo, 30,3%, os valores do Censo de 1991, apontam 54% para o estado civil de casado, seguido do estado de solteiro, 32,7 e viúvo 8,8%.

A dimensão média das famílias é de 2,5 pessoas. No entanto, os grupos domésticos, distribuem-se por diferentes escalões: 33,6% dos agregados são constituídos por 2 pessoas; 27,7% respeita, a pessoas isoladas, 16% têm 3 pessoas; 14,3% têm 4; 5,9% têm 5 e 2,5% têm 6 pessoas." ⁷

Para os mesmos indicadores, dos dados do INE, 1991, temos respectivamente 27,5% para os agregados de 2 pessoas; 20,9% pessoas isoladas, e 37% para casal com filhos solteiros.

b) Escolaridade

Relativamente à escolaridade, esta é bastante baixa, sendo no sector feminino que vamos encontrar o mais baixo nível de escolarização.

"A maioria dos inquiridos, possui o 1º ciclo do ensino básico, 50,4%; 18,5% sabe ler e escrever; e 11,8% da população não sabe ler e escrever." ⁸

Os dados do Censo de 1991, apontam para os seguintes valores, respectivamente 43,5%, tem o 1º ciclo do ensino básico e 11,1% não sabe ler e escrever.

⁶ ESCUDEIRO, Irene, *Análise Social, da População de Odivelas*, Loures, 1996, Pág. 3.

⁷ Idem.

⁸ Ibidem.

c) Mobilidade Residencial

Face às características de hoje, e à evolução demográfica do concelho, verificou-se que a origem da população é muito diversificada, embora corresponda ao distrito de Lisboa o maior número, 57,1%. Os concelhos representados são Lisboa, 29,4% e Loures 22,7%.

Genéricamente, a maioria da população, reside há mais de 20 anos no concelho, na freguesia e até na mesma casa.

d) Condições de Vida

*"No conjunto da população, existe uma predominância de não activos, 68,9%: estes valores englobam os reformados, 59,7% e domésticas, 9,2%; assim, temos 27,7% que exercem profissão e 3,4% estão desempregados."*⁹

Comparativamente, no Censo de 1991, encontramos para os não activos, os reformados com 64,3% e domésticas 9,8%, no total de 74,1%, dos quais 10,1% estão desempregados e 15,8% exercem profissão.

*"Quanto à população activa, 69,7% trabalha no concelho de Loures, grande parte em Odivelas, 24,2% em Lisboa e 6% noutra concelho."*¹⁰

Destes, e com base nos valores do INE, 1991, 43,1% trabalha na freguesia de residência, 15,5% noutra freguesia do concelho de Loures e 35,8% no concelho de Lisboa.

O rendimento familiar é baixo, já que em 27,7% é inferior ao valor do ordenado mínimo nacional, e em 37% o valor está entre 80 e 100 contos.

⁹ ESCUDEIRO, Irene, *Análise Social, da População de Odivelas*, Loures, 1996, Pág. 4

¹⁰ Idem.

1.3. CONDIÇÕES SOCIAIS E DE SAÚDE

Na zona de Odivelas, o crescimento acelerado e a forte explosão demográfica, constatados ao longo das últimas décadas, deram origem a um conjunto diversificado de problemas, relativamente às condições de vida e de saúde dos seus habitantes:

- "• *Problemas relacionados com o urbanismo e espaços verdes;*
- *Problemas relacionados com o ambiente - poluição do ar e da água;*
- *Aumento do stress e empobrecimento do quotidiano, relacionados com ritmos de vida intenso e longas horas gastas em transportes entre os locais de residência e os locais de trabalho;*
- *O desenraizamento das populações deslocadas e a perda de memórias colectivas e o sentimento de pertença ao seu meio social;*
- *A desagregação da estrutura social;*
- *Problemas relacionados com a educação dos filhos, e o reflexo no aumento da delinquência juvenil, da marginalidade, da toxicodependência, entre outros;*
- *Problemas de saúde com predominância para as doenças cardiovasculares, respiratórias, alérgicas e do foro da saúde mental;*
- *Insuficiência de serviços públicos e de equipamentos sociais.*
- *Evolução de situações de criminalidade. "* ¹¹

1.4. CARACTERIZAÇÃO SOCIOLÓGICA DA POPULAÇÃO DO NÚCLEO ANTIGO

Para além, da análise da evolução demográfica de Odivelas, a caracterização sociológica da população do Núcleo Antigo, constitui um dos instrumentos essenciais, para a definição dos mecanismos do processo de reabilitação urbana, da zona em causa.

À realidade física e urbanística da área de intervenção, corresponde uma realidade social, de importância e valor inoxidáveis. Tratando-se eminentemente, de uma zona de uso residencial, o conhecimento e a interpretação das suas características populacionais, tornam-se fundamentais para informar as opções de planeamento. No âmbito, de uma perspectiva

¹¹ URBAN - Iniciativa Comunitária, Odivelas, Loures, 1994/1999
PARTE I-CAPÍTULO IV

integrada de reabilitação urbana, é uma componente a conjugar e articular com as dinâmicas populacionais da área, as práticas de sociabilidades presentes, de forma a equacionar convenientemente as orientações e as estratégias de reabilitação de modo a incorporar os aspectos positivos dessas dinâmicas e a minimizar os seus efeitos negativos.

" Antes, de se proceder à análise das práticas de sociabilidades, convém explicitar o que se entende por sociabilidade. Porque a este conceito têm sido dadas diversas definições, a que se opta é a de Claire Bidard (1988) que considera (...) «a sociabilidade como o conjunto de relações sociais efectivas, vividas, que ligam o indivíduo a outro por laços interpessoais e ou de grupo». Nesta linha de pensamento as práticas que se geram entre os indivíduos no decorrer das suas acções quotidianas são aquilo a que se chamará práticas de sociabilidade." ¹²

A população, residente no Núcleo Antigo, ainda que na sua maior parte tenha familiares residentes em locais próximos, 73%, consideram que a convivência com os vizinhos é muito importante 96,6%.

As relações de vizinhança, assumem aqui um papel primordial, já que 87,4% dos inquiridos refere recorrer aos vizinhos, em caso de problemas de saúde, e mesmo em caso de necessidade económica urgente, 65,5%.

Já que a grande parte dos inquiridos reside, não só na casa, como também na freguesia há mais de 20 anos, estabelece-se que, a proximidade é um factor importante para a preferência do relacionamento, em 42% dos residentes.

"O local indicado como preferido pelos vizinhos para o seu convívio é na rua, 90,8%; no entanto, 49,6% e 45,4%, afirmam que convivem com os seus vizinhos na sua casa e na deles. O convívio na rua tem a ver com as suas deslocações para as compras (padaria, farmácia, mercearia, praça, mercado, supermercado). A igreja, apresenta-se como um local onde 51,3% dos inquiridos, convivem, assim como o café, onde 49,6% dos inquiridos, afirmam ser este um bom local para estar com os vizinhos. Paradoxalmente ou talvez não, o jardim é o local onde menos pessoas convivem, 29,4%.

¹² ESCUDEIRO, Irene, *Análise Social da População de Odivelas*, Loures, 1996.
PARTE I • CAPÍTULO IV

Estando, este inserido num local, que em principio, se poderia considerar agradável (Largo D. Diniz) com menos trânsito do que nas ruas do Núcleo, é contudo o menos frequentado pelas pessoas idosas. A razão que indicam é que a partir da tarde o jardim torna-se um local inseguro e perigoso devido não só às pessoas, que o usam, como aos actos que lá se praticam (toxicoddependência e prostituição).

Embora no local em estudo existam dois clubes e uma associação, somente 28,6% dos inquiridos afirma conviver com os vizinhos em associações/clubes, sendo contudo alguns dos indicados, localizados fora do Núcleo Antigo de Odivelas." ¹³ (Fot. 3 a 6)

Considerando que na área os equipamentos disponíveis são reduzidos, constatou-se que na cidade são usados: o Centro de Saúde 92,4%; a Igreja 69,7%; a Junta de Freguesia, 46,2%; o Centro de Dia, 10% e o Jardim 33,6%.

Relativamente, à aquisição de bens e serviços, considerados de primeira ordem, esta tem resposta na própria zona de intervenção, de forma diária, assumindo carácter de convivência.

Da análise de conteúdo do questionário realizado aos 119 inquiridos residentes, em 1995/96, revelamos:

• A importância da salvaguarda e reabilitação do Núcleo Antigo da Cidade	89,1%
• Gostam do sítio onde moram	37,8%
• Gostam da casa (mas faltam condições ... casa de banho)	42,9%
• Gostariam de mudar de casa (para melhores condições)	65,5%
• Mudar, mas ficar dentro ou perto da Zona Antiga	49,1%
• Colaboravam na recuperação da casa	52,0%



Fot. 3 a 6 - Locais de Sociabilidade: Jardim, Clube Recreativo, Rua e Clube Desportivo

Os principais problemas, apontados foram:

• Toxicodependência e problemas relacionados	21,8%
• Falta de segurança	18,5%
• Excesso de circulação automóvel	12,6%
• Dificuldades da circulação pedonal	5,9%
• Ruas com pavimentos danificados da Zona Antiga	5,0%
• Casas degradadas	4,2%

Numa espacialização, dos problemas apontados associados a toxicodependência e falta de segurança nos quarteirões que se encontram contíguos ao jardim no Largo D. Diniz. O excesso de circulação automóvel está directamente relacionada com os quarteirões que delimitam os eixos de atravessamento do Núcleo Antigo: Rua Alberto Monteiro e Rua Guilherme Gomes Fernandes (EN 250-2) e ainda à Rua do Neto.

No âmbito do Inquérito às Práticas e Consumos Culturais , à população na área da freguesia de Odivelas, no Projecto da Carta Cultural do Município de Loures, foram colocadas algumas questões, cujas respostas, referimos, nas prioridades para a salvaguarda do Núcleo Antigo, (Património Cultural Construído) em termos de preferência: (Fot. 7 a 10)

• Melhores condições de alojamento	39,1%
• Recuperar os monumentos	12,0%
• Beneficiar os edificios	9,8%
• Melhorar os equipamentos urbanos	9,0%
• Criar espaços de convívio/animação da Zona Antiga	6,0%
• Retirar o trânsito do Núcleo Antigo	3,4%
• Criar acções de formação e acompanhamento para jovens e idosos	2,3%
• Desenvolver novos serviços	1,1%
• Criar áreas para peões	0,8%



Fot. 7 a 10 - Reabilitação do Edificado, é a acção mais esperada pela população na Salvaguarda do Núcleo Antigo

2. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

2.1. SISTEMA URBANO DE ODIVELAS

A área geográfica do sistema urbano de Odivelas com uma área de 22Km², cerca de 12% da superfície do concelho, sendo o seu limite Sul confinante com Lisboa, em que a acessibilidade à capital pela Calçada de Carriche, a torna num pólo urbano fundamental, estendendo-se às freguesias envolventes, cujos limites se tornam quase imperceptíveis.

O crescimento populacional é o mais acentuado de todas as freguesias do concelho, apontando-a com as características de *localidade dormitório*.

*"Nesta época, apresentava já crescimento acentuado do comércio. Sendo uma zona de tradicional implantação fabril (Senhor Roubado), fábrica de sebo, peles, cola, que progressivamente se reduz. A importante actividade moageira, foi fortemente, atingida pela política do Estado Novo."*¹⁴

15

Unidades	1930	1935	1945	1955	1965	1970
Habitantes	2635	3101	3101	6772	27 423	51 395
(Profs) Instrução	1	5	4	5	2	-
Soc. Rec./Assoc.	1	1	1	1	2	3
Proprietários	13	12	9	7	6	-
Agricult./Lav.	14	13	13	11	11	21
Comerciantes	-	-	-	-	-	-
Capitalistas	1	-	-	-	-	-
Agricultura e afins ¹⁶	10	5	5	-	2	2
Comércio e afins ¹⁷	17	20	17	18	100	165
Indústria e afins ¹⁸	10	13	10	10	47	78
Profissões manuais ¹⁹	4	4	3	2	2	1
Outras profissões ²⁰	7	3	3	3	8	7
Transportes	-	-	-	-	-	-

¹⁴ Loures, *Tradição e Mudança*, II Volume, Loures, 1986, pág. 104.

¹⁵ Idem, Pág. 104.

¹⁶ Moinhos de vento, azenhas, horticultores.

¹⁷ Salsicharia, leitaria, quinquilharia, mercearia, padaria, restaurantes, vinhos, fotografia, casa de pasto, drogaria, etc.

¹⁸ Tripas, mosaicos, tipografia, estores, mármore, tinturaria, laticínios, fundição, colchoaria, bicicletas, reparação de automóveis, oficina de carroças, lagar de azeite, alcatroamento de tecidos, fábrica de bolos, carvoaria, curtimento de peles, serralharia, moagem, tintas, pedreiras, adubos, máquinas agrícolas e industriais.

¹⁹ Ferrador, latoeiro.

²⁰ Alfaiate, barbeiro, sapateiro.

Actualmente, a área em causa está fortemente condicionada e envolvida por vias da rede viária metropolitana: CRIL, CREL, Radial da Pontinha e Radial de Odivelas.

Está prevista ainda, a sua inclusão na área abrangida pela rede de metropolitano, no extremo Sul de Odivelas.

De acordo, com o P.D.M., esta zona corresponde ao sistema de Odivelas, cujo desenvolvimento económico, está centrado no sector terciário, sendo já, na última década, o maior centro de funções no terciário.

"Hoje, em termos de actividades predominam largamente os estabelecimentos do sector terciário, sobretudo comércio, restaurantes e similares, e serviços pessoais e domésticos. Importante peso da construção civil, sobretudo em termos de postos de trabalho. Dimensão média:

- *10 trabalhadores/estabelecimento na indústria;*
- *3,5 trabalhadores/estabelecimento na construção civil;*
- *5,5 trabalhadores/estabelecimento no comércio;*
- *6 trabalhadores/estabelecimento nos serviços."* ²¹

Preconizam-se, para o sector secundário dois tipos de iniciativas: reconversão e reabilitação do tecido industrial sobretudo para as áreas de Odivelas/Olival Basto e Póvoa de Santo Adrião, face à localização na proximidades, do interface de Odivelas.

Constam ainda, dos objectivos do P.D.M., relacionados com o desenvolvimento económico, no âmbito do reequilíbrio urbano, a indução de actividades tendo em vista a sua fixação, de modo a favorecer os postos de trabalho e a qualificação do espaço urbano.

²¹ *Roteiloures, Roteiro e Guia, 5ª Edição, 1988/89*
PARTE I-CAPÍTULO IV

Assim, para a freguesia, encontramos:

População com actividade económica	28 183
Com menos de 25 anos	4235
Pop. Emp. T.	26 320
CAE 0	74
CAE 1-4	5798
CAE 5-9	20 448

A população activa, do sistema urbano, que exerce actividade localmente está maioritariamente afectada, ao sector terciário.

O número de empresas e trabalhadores do sector secundário e armazéns é respectivamente de 313, e 2678, tratando-se as actividades em segundo lugar, as tradicionais, de estabelecimentos com pequeno número de trabalhadores.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES NO NÚCLEO ANTIGO

O Núcleo Antigo de Odivelas, caracteriza-se, ainda hoje, por ser um local com funções, não só residenciais, mas também com actividades económicas, já que dos 51 estabelecimentos sujeitos a inquérito (1995/96), registaram-se 17 unidades comerciais, 4 unidades industriais e 30 destinadas a serviços.

Sendo grande a diversificação do ramo de actividades, temos no agrupamento por funções: restauração 29,8%; comércio 23,4%; comércio alimentar 8,5%; serviços 23,4%; serviços reparação diversos 10,6%; serviços à colectividade 4,3%. Na indústria, encontramos: serração de madeira, fabricação de padaria, pastelaria e doçaria, fabricação de mobiliário metálico e de outros produtos metálicos.

Destes estabelecimentos 66%, são de tipo familiar, sendo maioritários aqueles que tem 1 ou 2 empregados 58,6%.

As áreas, ocupadas por estes estabelecimentos são muito diversificadas, pois vão dos 12 aos 1200m². Dominam, as áreas inferiores a 80m² (65,3%),

sendo em grande parte, 61,7%, arrendados e a grande parte está no local, há mais de 10 anos.

CAPÍTULO V - EVOLUÇÃO DE ODIVELAS

- 1. Evolução Urbana**
- 2. Evolução Administrativa**
- 3. Actividade Cultural**

CAPÍTULO V

EVOLUÇÃO DE ODIVELAS

1. EVOLUÇÃO URBANA

O concelho de Loures, onde se situa Odivelas, foi ocupado desde os tempos mais remotos, conforme demonstram os achados arqueológicos, datados da época paleolítica, os quais confirmam a existência de núcleos de ocupação habitacional desde aquela época, tendo sido sucessivamente habitado por romanos, visigodos e árabes.

Próximo de Odivelas, a Serra da Amoreira tem sido merecedora de várias referências, atendendo ao seu especial relevo e constituição geológica, e ainda à importância estratégica do local, já mencionada em 1747, pelo Padre Luís Cardoso, face à abrangência visual do lugar. Em 1912, Vergílio Correia, faz menção de materiais paleolíticos recolhidos por Joaquim Fontes e por ele próprio, na encosta do Monte da Bica (designação geodésica do local). (Carta 14, Anexo I)

"A estação arqueológica do Castelo da Amoreira, pela área que ocupa, pela forma e disposição dos seus amuralhados e espólio recolhido, situa-se no âmbito da Cultura de Alpiarça. A datação atribuída a esta cultura, ronda a passagem do século IV para o V, A.C.. Constitui um dos maiores castros reconhecidos da época do Ferro, no Sul do nosso território. Tem semelhanças indesmentíveis com outros povoados da mesma cultura. É o caso do povoado da mesma época, reconhecido no claustro da Sé de Lisboa e provável ocupação do Castelo, no povoado de Santa Eufémia (Sintra), no grandioso Castro do Socorro (Torres Vedras), na Pena do Barro (Torres Vedras) (...), todo um horizonte cultural que corresponde em data, aos clássicos «lusitanos» da nossa proto-história." ¹

Existem referências, à edificação, no ano de 1180, no reinado de D. Afonso Henriques, de um templo da Ordem dos Templários, em Loures, tendo esta

¹ MARQUES, Gustavo, *Aspectos da Proto-História do Território Português-Castelo da Amoreira, Odivelas, Loures*, Boletim Cultural n.º 1, Loures, 1987.

povoação sido, sede de um mestrado desta Ordem.² Também D. Sancho I, com o auxílio desta Ordem, expulsou os árabes da região, recompensando-a com inúmeras terras.

D. Diniz, com a criação da Ordem de Cristo e a extinção da Ordem dos Templários, dota aquela, com as terras da zona de Loures, consolidando e alargando os seus domínios.

Esta, era uma zona de terrenos bastante férteis, agricolamente abundantes, com vastas áreas de quintas, com abundância de água, de fáceis acessos aos povoados mais próximos, Loures (12Km) e Lisboa (10Km), existindo ainda referência à navegabilidade desta área, até Loures, através do Trancão, Rio de Loures e até Odivelas, Rio da Costa, face à designação de cais de embarque em Sacavém, Apelação, Unhos, Frielas, Póvoa de Santo Adrião, Mealhada, Loures, Santo Antão do Tojal, de Oriente e Porto da Paiã a Ocidente.

É desconhecido, o ano da fundação da paróquia de Odivelas, mas é sempre referida como antiquíssima, mesmo anterior, à fundação do Mosteiro, cuja construção iniciada nos finais do século XIII, está até, à actualidade, intimamente ligada à história da localidade e freguesia.

Tradicionalmente, a construção do Mosteiro em Odivelas, surge ligado ao cumprimento de um voto de gratidão, feito pelo Rei D. Diniz (1279-1325):

"Conta-se que no ano de 1294, estando el-rei D. Diniz na cidade de Beja, saíra um dia a montar. Tendo-se afastado da sua comitiva, foi-se encaminhando, sosinho, para a Ribeira de Odiana. Ali, junto de uma das rochas, avistou um urso (havia-os por cá n'esse tempo) afamado n'aquellas paragemns por de grande ferocidade.

No mesmo ponto largou o rei em seu perseguinto; mas a fera, que o presentiu, oculta-se n'uma quebrada, e quando D. Diniz vae a passar, accomette-o de subito, lançando-lhe as mãos com tal violência que o deribou do cavallo, e em terra o quer esmagar debaixo de si.

² Monumentos e Edifícios Notáveis do Concelho de Loures, Câmara Municipal de Loures, 1983, Pág. 11.

O rei que, atropellado com tanto impeto não pôde ser senhor das armas que leva, nem apellidar por sua gente, pede socorro ao ceo. Por aquelle tempo, diz a história, fazia S. Luiz, Bispo de Tolosa, muitos milagres, invoca-o el-rei: apparece-lhe o santo, e o esforça a que arranque o punhal e o crave na fera. D. Diniz cobra animo, leva do ferro, e alcançar matar a terrível e possante alimaria.

Livre de tamanho perigo, por intercessão de S. Luiz, ficou-lhe el-rei com muita devoção, e em sua honra, mandou fabricar uma capella no convento de S. Francisco de Beja e, depois, quando volveu a Lisboa, o Convento de Odivelas." ³

O local de Odivelas, possuía as características necessárias às exigências da Ordem de Cister: o recolhimento, o silêncio absoluto exigido, numa vida comunitária, também levada ao extremo, de acessibilidade cautelosa e assegurada também a subsistência das religiosas do Mosteiro, devido à riqueza e produtividade da terra, sendo concedida ao Rei a permissão da sua construção, iniciada em 1295, na Quinta das Flores, propriedade real.

Possuía, ainda o local, os recursos geológicos necessários à construção, já que a região se apresenta rica em calcários, em Montemor e nas próximas pedreiras de Trigache, em basalto olivínico. (Carta 14, Anexo I)

"Os recursos aquíferos disponíveis permitiram o fornecimento de água não potável a partir da Ribeira de Caneças e potável a partir de duas nascentes naturais: Casal Ventoso e Ramada, que confluíam na mãe-d'água do Calçado." ⁴

Também em relação à designação de Odivelas, está ligada uma lenda ligada a D. Diniz, e uma outra explicação toponímica, na qual está patente a ocupação do território anterior à fundação do Mosteiro, ligada às características hidrográficas e rurais deste território. "(...) a palavra compõe-se de dois elementos: «odi» e «velas». A primeira é de origem árabe e significa «curso de água»; a segunda é de origem latina e refere-se às velas dos moinhos de vento que existiram nos outeiros próximos e dos quais podemos ainda ver vestígios." ⁵

³ BARBOSA, Vilhena de, *Archivo Pittoresco, Semanário Ilustrado*, Vol. V, Lisboa, 1863, Pág. 78.

⁴ TOMÉ, M. M. J., *Mosteiro de S. Diniz de Odivelas*, Dissertação de Mestrado, R.P.A.P. - Univerdidade de Évora, 1996, Pág. 28

⁵ RoteiLoures, 12ª Edição, 1997, pág. 26.

O Mosteiro, foi contemplado com muitas doações de terras, com habitações, hortas, moinhos, vinhas, lagares, fornos, que se estendiam para além de Odivelas, englobando zonas de Enxobregas, Loures, Alenquer e Sintra.

Bem como, a concessão dos direitos dos padroados das Igrejas de Santo Estevão de Alenquer e de São Julião de Santarém, e no século XIV foram anexadas as Igrejas de São João Baptista do Lumiar e São João de Frielas, e a possibilidade de herdar os bens das religiosas. Devido a estes benefícios e concessões transformar-se-ia no mais rico e grandioso Mosteiro feminino cisterciense em Portugal.

Aliada à fertilidade das terras, a construção do Mosteiro estará na origem do desenvolvimento do povoado e na fixação da população no início do século XIV.

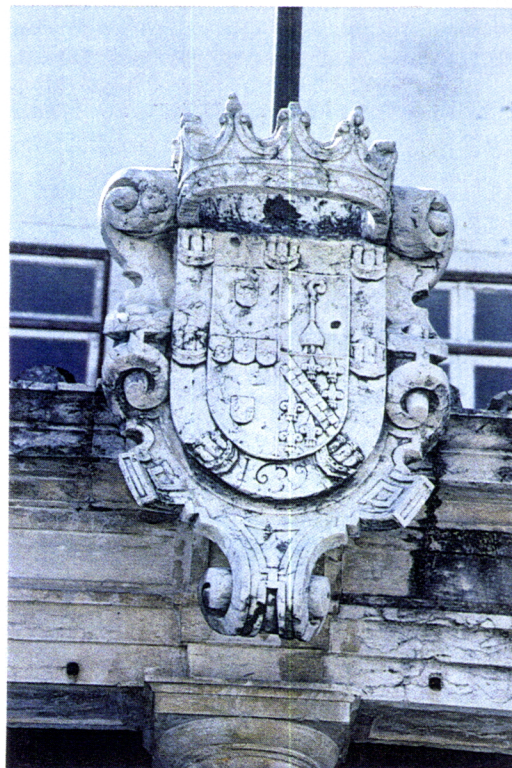
O antigo Largo do Couto das Freiras, hoje Largo D. Diniz, estabelecia a ligação entre o Mosteiro e a povoação, composta essencialmente por trabalhadores agrícolas. (Fig. 10)

"Aqui se desenrolava a feira anual para a troca dos produtos agrícolas. D. Diniz atribuía privilégios régios aos lavradores que viessem à feira, entre os quais um jantar feito no Convento mediante renda especial em trigo, vinho e gado que o monarca lhe outorgara para este efeito. Este costume mantinha-se ainda em 1758, estendendo-se as mesas debaixo do alpendre. (Fot. 11 a 14)

Ainda no tempo de D. Diniz o couto das freiras (área coutada ou limite das propriedades do Convento) foi couto de «homiziados»: local de refúgio de foragidos à justiça régia ou feudal que assim se colocavam sob a protecção do Convento e para ele trabalhavam." ⁶

Contígua ao Couto das Freiras, a via de ligação de Lisboa para Caneças, referenciada pelo Memorial, constitui-se no principal eixo do Núcleo Antigo, dividindo-o no sentido Norte-Sul, ficando a Nascente a Igreja e a Poente o Mosteiro. A sua função primordial, seria de caminho tornando-se um dos acessos naturais entre Sintra e a capital, para além de funções de passagem e de tráfego por vezes intenso nas épocas de romaria e feiras, assegurava o transporte e o escoamento de cereais vindos da zona da Ramada, célebre pela grande quantidade de moinhos e azenhas. (Carta 2, Anexo I)

⁶ VILLAVERDE, Manuel, *Núcleo Antigo de Odivelas*, ,Actas do Colóquio Reabilitação Urbana, Lisboa, 1996, Pág. IV. 43.



Fot. 11 a 14 - Mosteiro de S. Diniz - Janela Gótica, Escudo Real, *Roda dos Expostos* e Alpendre

Surge, assim uma ocupação de tendência urbana, ao longo desta via, numa forma em que os edifícios se dispõem em lotes longitudinais, perpendiculares à via pública. Marcado, este caminho, à entrada e saída do lugar, pela existência de quintas.

Nos séculos XV e XVI, a nível da estrutura fundiária terá dominado a pequena exploração intensiva, onde as culturas cerealíferas, estão na origem da configuração das zonas de cultura e da compartimentação do solo em socalcos, delimitados por sebes vivas.

Sendo, o grande proprietário local, o Mosteiro das freiras cistercienses, "*sabemos que desde o século XV o Mosteiro possui terras que vai doando, emprazando ou aforando a particulares (exemplo: Quinta do Pêro Borba, Quinta da Barroca, junto ao Lumiar). No entanto, uma lei do tempo de D. João I impede o Mosteiro de aforar ou emprazar bens a pessoas poderosas.*

*Em finais do século XVI, Filipe I, autoriza os moradores de Odivelas a terem açougue, que se situaria com toda a probabilidade no largo principal (à semelhança do que acontecia em outros locais como por exemplo no Rossio em Lisboa e na actual Praça da República em Beja)."*⁷

Com o século XVII, a estrutura fundiária, inicia uma alteração no sentido da formação de grandes propriedades, face ao interesse da Nobreza na aquisição de quintas de recreio. No entanto a organização do aglomerado é ainda a que corresponde às necessidades da vida da sua população, resultante do trabalho agrícola. As habitações, geralmente, em terrenos de encosta suave, voltadas ao quadrante Sul, outras vezes, com grandes diferenças de nível entre duas correntezas de casas confinando os caminhos que ondulado, estabelecem as ligações das habitações aos campos que os envolvem. (Carta 3, Anexo I)

À beira do caminho de ligação aos Pombais (Rua do Neto) à ilharga do Largo D. Diniz e da estrada de ligação a Caneças e Lisboa, a Travessa das Cardosas, resolve, hoje, o declive em que se encontra mediante extenso lance de escadas, de calçada basáltica. "*Mantém praticamente na integra o seu casario vernacular,*

⁷ Idem.